



## ATA NÚMERO 02/2010

1 Aos **vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez**, com início às nove horas, na  
2 Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do  
3 Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida  
4 pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a participação dos  
5 seguintes conselheiros: **Manoel Luiz Brenner de Moraes**, Vice-Reitor, **Francisco Carlos**  
6 **Gomes Luzardi**, Pró-Reitor Administrativo; **Elio Paulo Zonta**, Pró-Reitor de Planejamento e  
7 Desenvolvimento; **Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito**, Pró-Reitora de Graduação; **Manoel**  
8 **de Souza Maia**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, Pró-  
9 Reitor de Extensão e Cultura; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia  
10 Eliseu Maciel; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Alexandre**  
11 **Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do  
12 Conservatório de Música; **Mário Carlos Araújo Meirelles**, Diretor da Faculdade de  
13 Veterinária; **Tânia Elisa Morales Garcia**, Diretora da Faculdade de Administração e Turismo;  
14 **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **José Francisco Gomes**  
15 **Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Patrícia Pereira Cava**, no exercício da  
16 Direção da Faculdade de Educação; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Instituto de Artes e  
17 Design; **Flavio Roberto Mello Garcia**, no exercício da Direção do Instituto de Biologia; **Gil**  
18 **Carlos Rodrigues Medeiros**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luiz dos**  
19 **Santos Nascimento**, Diretor do Instituto de Química e Geociências; **Álvaro Augusto Borba**  
20 **Barreto**, Diretor do Instituto de Sociologia e Política; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da  
21 Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de  
22 Engenharia Agrícola; **Antonio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de  
23 Arquitetura e Urbanismo; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de  
24 Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira Borges**, Diretor da Faculdade de Letras; **Nei Fernandes**  
25 **Lopes**, representante dos Professores Titulares; **Carlos Alberto Silveira da Luz**, suplente do  
26 representante dos Professores Associados; **Orlando Antonio Lucca Filho**, representante dos  
27 Professores Associados; **Luiz Fernando Gonçalves Van Der Laan**, representante dos  
28 Professores Adjuntos; **William da Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos;  
29 **Raquel Santos Schwonke**, representante dos Professores Assistentes; **Francisco José Pereira**  
30 **Tavares**, representante dos Professores Assistentes; **Clarice Franco de Souza**, representante  
31 dos Professores Auxiliares; **José Fernando González**, representante dos Professores  
32 Auxiliares; **Eder João Lenardão**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-  
33 Graduação; **Tiago Veiras Collares**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;  
34 **Vanda Maria da Rosa Jardim**, representante do COCEPE; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**,  
35 representante do COCEPE; **Ana Carolina Issler Ferreira Kessler**, representante Comunitária;  
36 **Claudio Kroeff**, representante Comunitário; **Soraya da Silva Gonçalves**, suplente da  
37 representante Comunitária; **Francis Radael Tatto (suplente)**, **Guilherme Emanuel Weiss**  
38 **Pinheiro**, **Jonas Rodeghiero Leonardo Prado Kantorski**, **Tony de Siqueira Sachi**,  
39 representantes discentes; **Ângela Catarina Medeiros Ferreira**, **Edimar Gonçalves Ribeiro**,  
40 **Gilmara Anderson Timm**, **João Paulo Volcan Adamoli**, **Francisco Antunes Fossati**, **Maria**  
41 **Tereza Tavares Fuji**, **Rosane Brandão**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não  
42 compareceram os conselheiros: **Fábio Vergara Cerqueira**, Diretor do Instituto de Ciências  
43 Humanas; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **José**  
44 **Carlos Fachinelo**, representante dos Professores Titulares; **Rogério Costa Würdig**,  
45 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Guilherme Soares Schulz de**  
46 **Carvalho**, **Horacy Fagundes da Rosa Júnior**, representantes discentes. Constatada a  
47 existência de quorum legal, o senhor presidente, Professor Antonio Cesar Borges, iniciou a  
48 reunião solicitando o apoio dos conselheiros para que pudesse fazer um aditamento à pauta, do

*Ces*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 2 de 30

49 pedido da Secretaria Geral da União, de doação de gleba da Fazenda da Palma. Disse que o  
50 assunto tem tudo a ver com o que aconteceu em 1993, quando a Fazenda da Palma foi objeto de  
51 invasão por parte dos sem-terras. Após, foi feito o assentamento que até o momento ainda estão  
52 ocupando a área. Disse haver urgência para encaminhar o resultado ao Supremo Tribunal da  
53 União. Ao longo dos tempos houve várias tratativas para liberar definitivamente a área para os  
54 assentados, com a contrapartida de recursos do Governo em troca da área. Colocou em votação  
55 a permissão para iniciar a reunião por este assunto. Aprovado por unanimidade. Passou a  
56 palavra ao Procurador Federal, Dr. André Contreira. Este disse que no final de 1992 houve a  
57 invasão de uma parcela da Fazenda da Palma e no início de 1993 o Conselho Universitário, à  
58 época, deliberou em celebrar um contrato de comodato com a Associação dos Construtores da  
59 Fazenda da Palma. Por este instrumento, esta fração da Fazenda da Palma (50% da área  
60 original) ficou na posse destes ocupantes e a Universidade assumiu alguns ônus em relação a  
61 projetos de pesquisa e extensão junto a esta Associação. Ainda no ano de 1993 uma ação  
62 popular foi proposta, visando basicamente a desocupação desta área. Em 2005 foi prolatada a  
63 sentença do feito. Leu os quatro parágrafos finais da sentença que sintetizam o entendimento do  
64 Juízo Federal de Rio Grande a cerca do assunto, ou seja, se era ou não legítima a presença de  
65 estranhos à Universidade nesta gleba da Fazenda da Palma: Diz a Juíza Federal Dr<sup>a</sup> Paula  
66 Weber Rosito: “Vale ressaltar que não restou demonstrado nos atos qualquer outro projeto da  
67 Universidade para utilização da área ocupada. Além disso, de acordo com a cláusula 5<sup>a</sup> do  
68 contrato, o comodato foi acordado com prazo determinado de 15 anos de modo que não houve  
69 doação de terras públicas. Assim, desconsiderando as questões políticas envolvidas, as quais  
70 não devem ser consideradas no exame judicial da questão posta, não restam ilegalidade nos atos  
71 praticados pela UFPel tampouco lesividade ao patrimônio público. Dispositivo da sentença:  
72 Ante o exposto rejeito as preliminares e no mérito julgo improcedentes os pedidos, extinguindo  
73 o feito com julgamento de mérito.” Ou seja: o propósito do autor popular, o cidadão que  
74 recorreu ao judiciário para que ao fim e ao cabo as pessoas fossem retiradas daquela área não  
75 foi acolhido pelo Poder Judiciário. Houve recurso para o Tribunal e pediu licença para fazer  
76 uma breve leitura da decisão do Tribunal. Ementa: Constitucional e Administrativa. Ação  
77 Popular. Assentamento de “Sem-Terras”. Imóvel pertencente à Universidade Federal. Contrato  
78 de Comodato: Desvio de finalidade. Desocupação. A utilização de bens públicos por  
79 particulares deve observar as formas prescritas em lei, quais sejam: a permissão, cessão e  
80 concessão de uso, sob pena de violação aos princípios constitucionais da legalidade e da  
81 moralidade, no âmbito da administração pública. Incorre em desvio de finalidade o ato  
82 administrativo que sob qualificação de “comodato” cede o uso de bens imóvel para fins que não  
83 atendem aos objetivos da Instituição Pública de Ensino. Determinada a desocupação do imóvel  
84 e vedada a ocupação de outra área pública pertencente à Universidade. Ou seja: O Tribunal  
85 divergiu do entendimento da Juíza de Primeiro Grau e determinou, deu ganho de causa ao autor  
86 popular determinando a desocupação da área. Diante disto os autos do processo retornaram a  
87 Rio Grande e imediatamente houve a expedição de carta precatória para o Juízo Federal de  
88 Pelotas, para que a desocupação fosse executada. Nessa senda, na sequência, estas pessoas que  
89 estão ocupando a área da Fazenda da Palma, recorreram ao INCRA, que já no início dos anos  
90 90 gestionou junto à UFPel a concessão destas áreas sob o título de comodato. O INCRA  
91 retomou o procedimento que havia iniciado nos anos 90 e remeteu uma correspondência para a  
92 Universidade solicitando a doação desta área para ser utilizada na Reforma Agrária. Este  
93 pedido foi remetido à Procuradoria Jurídica, que emitiu parecer desfavorável à pretensão do  
94 INCRA, em razão de uma legislação específica para as Universidades Federais que é a Lei  
95 6120/74, cujo artigo quinto prescreve: “Em nenhuma hipótese será permitida a doação ou  
96 cessão gratuita a qualquer título de bens imóveis das Instituições de que trata esta Lei”. Diante  
97 da impossibilidade de realizar a doação a Superintendência do INCRA ponderou que esta  
98 fração da Fazenda da Palma, que foi ocupada, há muito tempo não cumpre a finalidade a que se  
99 destinava. Postulou que a Universidade revertesse esta fração da Fazenda da Palma à União,  
100 para que então a União, como executa uma Política de Reforma Agrária prevista na  
101 Constituição e pautada por Leis, encaminhasse esta fração ao INCRA, que concluiria o que foi

*Asser*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 3 de 30

102 iniciado no início dos anos 90 e que tomou o encaminhamento do contrato de comodato e que o  
103 Judiciário em decisão transitada e julgada houve por bem não acolher. Diante deste pedido do  
104 INCRA, de fato, como pode se observar na própria sentença da Juíza de Primeiro Grau, aquela  
105 fração da Fazenda da Palma não cumpria a finalidade para a qual havia sido doada. Esta  
106 Fazenda foi doada por um particular ao Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro registro que  
107 foi localizado data de 1946, quando foi doada para o Ministério da Agricultura. Na sequência, o  
108 Ministério da Agricultura doou para a Universidade Federal de Pelotas e este imóvel veio com  
109 uma cláusula ou encargo que se destinava a realizar a finalidade a que se propor e acima  
110 mencionada, que é desempenhar o papel de uma Fazenda Experimental da Escola de  
111 Agronomia Eliseu Maciel. Diante desta circunstância de que esta fração da Fazenda da Palma  
112 não vem cumprindo a sua finalidade estipulada no encargo de doação original e do pedido da  
113 Secretaria de Patrimônio da União no Rio Grande do Sul de reversão desta fração, o parecer da  
114 Procuradoria foi favorável, uma vez que os Conselhos Superiores da Universidade fizessem a  
115 devida apreciação da matéria e aprovassem. Disse que participou da Reunião do Conselho  
116 Diretor da Fundação – CONDIR a convite do presidente, onde expôs estes dados e no mérito,  
117 que não cabe à Procuradoria ter ingerência, os conselheiros houveram por bem aprovar a  
118 reversão desta fração da Fazenda da Palma. O senhor presidente disse que antes de passar a  
119 palavra aos demais conselheiros deixaria a palavra à disposição do conselheiro Mario Meirelles,  
120 Diretor da Faculdade de Veterinária para que este pudesse fazer breves considerações sobre a  
121 proposta que a UFPel recebeu e obviamente o andamento posterior e a conclusão de  
122 negociações preliminares que tiveram com o INCRA e que este falasse sobre a possibilidade da  
123 construção do Centro de Capacitação e Desenvolvimento Rural Sustentável e, em contrapartida,  
124 a possível transferência deste patrimônio para a União. O conselheiro Mário Meirelles falou  
125 que faria um relato do que significa este programa que foi instituído. Isto teve origem em uma  
126 decisão deste Conselho há alguns anos atrás, quando surgiu a possibilidade das Faculdades de  
127 Veterinária, Agronomia e Engenharia Agrícola, onde na época, juntamente com o INCRA, foi  
128 feito um projeto, inicialmente, descritivo na proposta da consolidação de um Centro de  
129 Capacitação Rural Sustentável. O termo justifica-se pelo fato de que atualmente se fala muito  
130 em agricultura familiar, mas na realidade pouco se fala em como fazer a manutenção da  
131 atividade rural e a fixação do homem no campo. Porque os três cursos? Por que não basta  
132 manter a saúde do animal se não tiver um cuidado com todo o periférico de uma pequena  
133 propriedade. Este projeto prevê, junto com a Eng. Agrícola e com a Agronomia, pequenos  
134 detalhes com a manutenção de uma propriedade. Fora isto tem toda uma previsão de  
135 fornecimento de cursos de formação de recursos humanos dentro deste Centro de Capacitação  
136 Rural Sustentável. Logicamente dentro deste projeto os recursos estão na ordem de quatro  
137 milhões e meio, que são originados no INCRA e onde está embutida a negociação de  
138 reintegração do espaço físico com reversão de recursos para a Universidade. O projeto prevê  
139 salas de aula, anfiteatro simples, laboratórios-multiuso reversíveis, para que possa se efetivar  
140 esta ação multidisciplinar entre as várias áreas das Ciências Agrárias, centro de convivência e  
141 alojamento para cem pessoas. Tudo está dentro de uma proposta junto ao INCRA de formação  
142 e capacitação de recursos humanos na área de produção da pequena propriedade, incluindo a  
143 agricultura familiar e os assentados e também o fornecimento, como contrapartida, de uma  
144 turma especial que já foi debatido e aprovado por este Conselho. Todo este projeto tem um  
145 âmbito social fantástico que é propiciar ao pequeno produtor uma melhor condição para poder  
146 administrar economicamente e conduzir seus trabalhos em todos os sentidos, quer na produção  
147 leiteira, forrageira, de grãos, leite, carne, lã, ou outros segmentos. Tudo está relacionado com  
148 um Centro que a Universidade entraria efetivamente dentro de um processo de integração total  
149 com este chamado “pequenas propriedades de agricultura familiar”. Isto já está aprovado por  
150 este Conselho e o que se discute agora é a origem dos recursos e esta demanda de recursos  
151 envolveu na época a possibilidade de reintegrar a gleba da Fazenda da Palma ao INCRA para  
152 que a União possa fazer a outorga dos títulos e isto reverte em recursos que serão aplicados  
153 neste Centro de Capacitação Rural Sustentável, que não será um Centro exclusivo da Faculdade  
154 de Veterinária. Ele é um centro multiuso onde estão as diversas áreas de Ciências Agrárias, por

*plw*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 4 de 30

155 que a constituição deste projeto incluiu os Diretores da Agronomia e Ang. Agrícola, com o  
156 auxílio do pessoal do INCRA, com assessoria da Reitoria, toda a proposta descritiva que mais  
157 tarde se transformou em um a proposta de área física que nesta reunião voltou à pauta.  
158 Conselheiro Ledemar Vahl disse que solicitava esclarecimentos, pois nunca ouviu este assunto  
159 ser abordado dentro da Faculdade de Agronomia, no âmbito de Conselho Departamental.  
160 Perguntou se estavam discutindo a reversão definitiva da gleba da Palma para a União em troca  
161 de verba para aplicar neste projeto. Frisou que esta idéia nunca foi discutida dentro da  
162 Faculdade de Agronomia e sim que um dia esta área retornaria a ser incorporada a uma área que  
163 em 1946 foi doada à Agronomia para ser utilizada como Fazenda Experimental. Por isto não  
164 via como vincular estas duas coisas. Disse que não queria discutir o projeto em si. A questão de  
165 perder definitivamente a área sob o argumento de que a Palma não é utilizada para o fim a que  
166 se propõe não é correto, pois existem vários experimentos e áreas da agronomia importantes  
167 naquela área. Sonhavam que um dia teriam o retorno da melhor área, inclusive com o açude que  
168 atualmente não pode ser utilizado, por estar dentro do assentamento. Conselheiro Manoel  
169 Moraes fez o esclarecimento que este projeto teve a aprovação do Conselho Departamental da  
170 Agronomia e quando foi feita esta aprovação já estava subentendido que o recurso viria do  
171 INCRA para fazer a instalação do Centro. O senhor presidente esclareceu que todas estas  
172 negociações inicialmente foram feitas desta forma e no final o que ficou concluído foi que era a  
173 única maneira de haver a construção do centro e resolver uma questão junto ao Governo  
174 Federa. Só existem duas maneiras: ou reintegramos, os assentados saem da área e a  
175 Universidade toma conta novamente e não se constrói o que havia sido previsto, pois o dinheiro  
176 é da União ou deixa-se como está. Disse que queria fazer ainda um esclarecimento que ao longo  
177 das três gestões onde esteve à frente da Universidade, a Faculdade de Agronomia ocupa  
178 minimamente a Fazenda da Palma. Foram Construídas áreas específicas para ensino naquela  
179 área que dificilmente são utilizadas. Foi colocado à disposição da Direção da Faculdade de  
180 Agronomia recursos para isto, que pouco são utilizados e quando é trazida qualquer proposta  
181 neste sentido, esta é negada. A Faculdade ocupa muito pouco a fração existente atualmente na  
182 Fazenda da Palma. A proposta como Administração é utilizar aquele recurso que realmente  
183 nunca foi utilizado plenamente. A Faculdade de Agronomia neste aspecto, lamentavelmente,  
184 apesar de grandes avanços em outras áreas, é extremamente improdutiva na Fazenda da Palma.  
185 Portanto, para a UFPel, é muito mais produtivo ter um Centro de Capacitação para todas as  
186 áreas, inclusive para a Faculdade de Agronomia, do que ficar com a Fazenda da Palma com  
187 área sem nenhuma utilidade prática ou muito pouca, e pelo menos teríamos este recurso com  
188 prédios e equipamentos, mas esta era uma decisão do Conselho Universitário. Deixou a palavra  
189 com o Conselheiro González, que disse ter dúvidas se a Universidade poderia deixar de cumprir  
190 uma decisão judicial. Se o Conselho Universitário aprovar o projeto e encontrar uma solução  
191 alternativa para esta desocupação. Lembrou que existia uma decisão final determinando a  
192 desocupação e decisão judicial se cumpre. O senhor presidente passou a palavra ao Procurador  
193 Federal para que este esclarecesse o questionamento do conselheiro González. Dr. André  
194 esclareceu a situação em que estava o processo judicial: disse que de fato a decisão já transitou  
195 em julgado no Tribunal. Fez referência à decisão da Juíza, não porque ela tenha se prevalecido,  
196 mas pelo mérito intrínseco dela, pela sua substância intelectual como uma referência para  
197 deliberação. A proposta que a Secretaria do Patrimônio da União fez à Universidade já foi  
198 levada ao conhecimento da Primeira Vara Federal de Rio Grande e o Dr. Fernando Ribeiro  
199 Pacheco deu o despacho em dois de agosto de dois mil e dez: “Defiro o benefício da  
200 Assistência Judiciária Gratuita. Recebo os presentes embargos de terceiro com efeito  
201 suspensivo. Em razão do efeito suspensivo determino a suspensão do cumprimento da carta  
202 precatória. Oficie-se ao Juízo deprecado para promover a desocupação comunicando a presente  
203 decisão. Tendo em vista o documento constante no evento “um” oficie-se a Universidade  
204 Federal de Pelotas para que, no prazo de dez dias, informe a este Juízo a cerca do cumprimento  
205 de reversão da propriedade aprovada pelo Conselho Diretor da Fundação – CONDIR no dia  
206 vinte e um de julho de dois mil e dez”. O Ministério Público Federal de Pelotas, no dia sete de  
207 julho de dois mil e dez, através do Ofício nº 05362/2010 questionou investimentos públicos e a

*Beeri*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 5 de 30

208 situação da Fazenda da Palma e o cumprimento da decisão. A resposta foi enviada através do  
209 ofício nº 333/2010/GR datado de 22.07.2010, informando que não houve realização de  
210 benfeitorias com recursos públicos na área ocupada; que na sequência do assentamento que  
211 houve via um instrumento invalidado contrato de comodato, houve projetos desenvolvidos pela  
212 Faculdade de Agronomia junto à Associação de Agricultores Construtores da Palma, que não  
213 tiveram continuidade. Foi relatado ao MPF local: “Não obstante, recebemos pedido de doação  
214 da gleba, antes litigiosa, formulado pelo INCRA, o qual foi de plano indeferido por falta de  
215 amparo legal. Em um segundo momento, a Secretaria do Patrimônio da União requereu a  
216 doação/reversão da área ocupada, fração próxima à metade da chamada Estância da Palma, a  
217 pedido do INCRA, à União para regularização da área, posto que o imóvel foi doado em  
218 incorporação pela União à UFPel, nos idos de 1980, tendo averbação da matrícula do imóvel de  
219 cláusula de destinação, manter no local do imóvel citado por conta do atual outorgado, o  
220 Ministério da Agricultura, uma Fazenda Experimental da Escola de Agronomia Eliseu Maciel,  
221 conforme cópia de matrícula do imóvel em anexo. Tal pedido ainda está sendo analisado  
222 internamente. Sendo o que se apresenta para o momento. Protestos de consideração”. O  
223 Procurador disse que ordem judicial não necessita da aquiescência ou de ações da Universidade  
224 para que seja cumprida. Se o Judiciário houver por bem cumprir a ordem judicial, determinará à  
225 Polícia Federal e à Brigada Militar e eles irão ao local e cumprirão a ordem. A Universidade  
226 atuou neste processo judicial, transitou em julgado e o Poder Judiciário, a hora que entender  
227 que deva executar a decisão, o fará. Neste momento o Juízo de Rio Grande suspendeu a  
228 execução em face de embargos de terceiros e em face da informação da Universidade que,  
229 tendo recebido um pedido da Secretaria da União, tramitou no Conselho Diretor, obtendo a  
230 aprovação. A Universidade há três dias respondeu a esta requisição judicial, informando que o  
231 assunto seria submetido ao Conselho Universitário, como estava sendo naquele momento.  
232 Tanto o Juízo de Rio Grande, quanto o Ministério Público Federal local estão devidamente  
233 informados dos pedidos do INCRA, da Secretaria do Patrimônio e o que está sendo feito dentro  
234 da Universidade. Não há nenhum expediente em curso para inviabilizar o cumprimento da  
235 ordem judicial, pois não via como a Universidade poderia se contrapor à força policial. O  
236 Judiciário e o Ministério Público estão a par do que está acontecendo e se houverem por bem,  
237 irão executar a ordem judicial quando e como entenderem melhor. Há trâmites republicanos  
238 interinstitucionais entre INCRA e a, SPU, que representa a União, que doou o imóvel à  
239 Universidade, que não cumpriu o encargo desde que recebeu a doação naquela fração e poderá  
240 vir a ter a revogação da doação por falta de cumprimento de encargos. Existe uma política  
241 pública chancelada pela Constituição e pelas leis de Reforma Agrária. O INCRA atuou no  
242 início dos anos 90, abriu um procedimento e o suspendeu porque naquele momento o Conselho  
243 Universitário entendeu por fazer a celebração de um comodato, ou seja: o procedimento foi  
244 postergado. Agora, com o advento da decisão transitada em julgado o INCRA retomou o  
245 procedimento e está agindo conforme a Lei determina que ele aja atuando em questões de  
246 conflito agrário, regularizando situações de conflito, fez um pedido à UFPel, a Procuradoria deu  
247 um parecer negativo, porque não havia amparo legal para a doação, pois a doação não é  
248 aceitável para uma universidade federal. Se é um pedido da União pela devolução de uma  
249 fração que nunca foi utilizada para os fins a que se destinava, não via porque isto possa ser  
250 interpretado como expediente para descumprimento de ordem judicial. O conselheiro  
251 Alexandre Gastal disse que pediu a palavra para compartilhar, algumas reflexões:  
252 primeiramente disse que divergia minimamente da opinião do conselheiro González, no tocante  
253 à conclusão de ser um subterfúgio para evitar decisão de que seria ilícito por se tratar de um  
254 evidente subterfúgio para não cumprir a decisão judicial. A ele parecia que a decisão judicial  
255 foi uma decisão que identificou problema no comodato e que determinou a desocupação  
256 daquelas pessoas, em função de que elas estavam ocupando aquela área por força de um  
257 comodato ilícito. Se por ventura a Universidade decidisse, pelo seu Conselho Universitário,  
258 por autorizar esta reversão, as pessoas estariam ali a outro título que não foi objeto de análise  
259 do judiciário. Portanto, não veria nisso problema algum. Era preciso que raciocinassem que o  
260 problema do comodato é diferente de um problema que talvez adviesse de uma nova decisão da

*Clair*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 6 de 30

261 Universidade se acolhesse este pedido de reversão. Talvez fosse passível de uma nova  
262 popular. Acreditava que era necessário analisar se há razões que justifiquem a reversão,  
263 esquecendo um pouco do procedimento judicial havido e disse que não lhe agradou muito o  
264 argumento de que deveria ser decidido assim, porque a área não vem sendo empregada pela  
265 Universidade e ela não está sendo empregada há muitos anos justamente por decorrência de um  
266 ato que o judiciário diz ser ilegal. Deve ser pensado no que há de vir. Nossa análise deveria ser  
267 mais no sentido prospectivo do que respectivo. Seria interessante de, em troca do projeto, pagar  
268 este preço? Que razões republicanas justificariam esta resposta do INCRA de só financiar este  
269 projeto maravilhoso em troca de outra área, já que a área objeto da reversão é uma e a área onde  
270 serão empregados os recursos do INCRA é outra. Isto talvez esmaça este propósito  
271 republicano da proposta do INCRA, e aí dê um pouco de respaldo à desconfiança do  
272 conselheiro González de que a chegada deste assunto agora não é senão uma forma de evitar a  
273 desocupação daquelas pessoas que lá se encontram? Acreditava que se tinha que avaliar,  
274 independente do que aconteceu e do processo judicial, era: é bom que a Universidade se  
275 desfaça da área? Não temos realmente outro destino melhor do que este que o projeto do  
276 INCRA nos propicia? Se a resposta for negativa, e não tivermos como dar à área um destino  
277 melhor para os interesses da Universidade, que aprovemos então, mas se a Universidade  
278 desenvolver algo melhor que o projeto do INCRA nos propicia, digamos não, não queremos  
279 pagar um preço tão alto. Não via por si só que se o Conselho estivesse aprovando o assunto,  
280 estaria desrespeitando a decisão judicial. Dr. André fez o esclarecimento de que a Procuradoria  
281 Jurídica, em momento algum, vai se manifestar sobre o mérito da decisão, se é conveniente ou  
282 oportuna a reversão em troca deste ou daquele projeto, pois não tinha competência legal para  
283 isto e não o faria, mas a afirmação da área não estar sendo utilizada há dezessete anos. Disse  
284 que quando se referiu que ela não estava sendo utilizada, foi apurada no processo judicial que a  
285 área não estava sendo utilizada “antes” da ocupação. Conselheiro Adamoli disse que este era  
286 um momento histórico da Universidade e era importante que o CONSUN tivesse a  
287 possibilidade de participar deste debate. Há cerca de vinte anos tivemos o início dos  
288 movimentos sociais mais eminentes no Brasil. Na época tivemos a ocupação de parte da  
289 Fazenda da Palma, exatamente porque ela não estava sendo utilizada para os fins previstos.  
290 Naquele momento da Universidade, o próprio CONSUN decidiu por um projeto de  
291 assentamento dos colonos naquela área, inclusive com o aporte da Universidade na questão de  
292 projetos que fossem dar respaldo para a permanência dos colonos. Não houve concessão de  
293 títulos da terra, pois não era permitido que os colonos tivessem os títulos da terra, por ser a área  
294 um bem público. Disse que estávamos em um país eminentemente agrícola, onde cerca de 40%  
295 da produção é da agricultura familiar. Estamos em uma Universidade que, na história que tem,  
296 pouco investiu em uma política de uma produção científica, produção de projetos para  
297 pequenos agricultores. Sempre investiu em projetos para latifúndios e de produção de arroz. É o  
298 momento em que a Universidade pode repensar seu papel. É o momento em que nós podemos  
299 realmente fazer que o fim social da terra, que é pública, possa vir ao encontro das políticas  
300 sociais que o atual Governo do Brasil tem implantado e pode-se perceber o avanço da  
301 economia, da agricultura e das questões sociais. É o momento deste Conselho Universitário  
302 poder, finalmente, mostrar que a Universidade está preocupada com a sociedade e o meio social  
303 e garantir que os colonos, que estão lá acampados, possam permanecer e quem sabe, com a  
304 cedência e o retorno desta terra para a União, possam finalmente receber o título de propriedade  
305 das terras, onde estão trabalhando. Temos uma série de exemplos de assentamentos bem  
306 sucedidos, que avançaram e por que não o da Universidade Federal também ser um destes  
307 assentamentos com os produtores possuindo a posse de suas terras? Se tivermos, além disto, a  
308 possibilidade de criar um Centro de Treinamento, nos moldes que o conselheiro Mário  
309 Meirelles colocou, não será um treinamento apenas para aqueles colonos, mas também uma  
310 possibilidade para os estudantes da Universidade ou então de convênios com o setor da  
311 agricultura familiar para que este setor tenha uma formação e possa avançar a agricultura  
312 familiar em todo o Rio Grande do Sul ou pelo menos da Região Sul. Como representante de  
313 uma categoria de servidores, que inclusive se mobilizou na época em que o assentamento

*Caru*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 7 de 30

314 aconteceu, tinha a orientação trazida da sua Assembléia, de aprovar o encaminhamento da  
315 Administração da Universidade, para que finalmente os colonos lá assentados possam ter o  
316 título da terra e avançar questão social que o Brasil tanto precisa. A conselheira Rosane  
317 Brandão disse que deveriam ser claros no sentido de o que se tratava no momento não era tanto  
318 a questão legal, e sim, a palavra “assentado”. É uma classe e esperava que um dia sentassem  
319 neste Conselho e tratariam de assuntos de condomínios que são erguidos em áreas ambientais  
320 protegidas, sabia que o Conselho não trata disto, mas sentia que temos um específico interesse  
321 quando se trata de questões de assentados. Não faz muito tempo que foi discutida a criação de  
322 um curso para assentados. Foi aprovado pelo Conselho e lembra que surgiram muitas dúvidas e  
323 acreditava que todos tinham o direito de recorrer, em caso de dúvidas, no entanto, quando  
324 acabaram todas as questões, ficaram sabendo que não havia nenhum problema de perder  
325 recursos em relação a isto. O que se tem claramente é que não é a Fazenda da Palma, é a área de  
326 assentados que estava sendo discutida e tinha certeza que era por este motivo que surgiram  
327 tantas dúvidas. É uma área que não está sendo utilizada, no mínimo, há quase vinte anos. E o  
328 que ocorre é que vai acontecer uma troca, acreditava que a Administração tratou de todas as  
329 questões, e lhe parecia que a Universidade não perderá , ao contrário, vai ganhar muito com  
330 esta troca. Disse que as negociações sempre acontecem com imposições de trocas. Sempre  
331 aconteceu assim e com o INCRA não seria diferente. Ele tem um específico interesse, porque  
332 trata também não só da grande agricultura, não só do agronegócio, mas ele obrigatoriamente  
333 precisa tratar das questões de assentados, e principalmente neste Governo Federal. Se tem que  
334 tratar das questões dos assentados, tem interesse nesta área sim, e é uma área Federal. E não via  
335 mal algum em proporem a troca. As questões jurídicas são pertinentes e acreditava que existem  
336 pessoas das esferas tratando disto, mas não é o grande impedimento que temos. Esta não é a  
337 grande dúvida, mas notava que a grande dúvida é quando se trata da palavra “assentados”. Via  
338 esta discussão muito grande e acreditava que a Universidade deveria mudar. A ela parecia que  
339 estava bem esclarecido o assunto. O senhor presidente lembrou que o que estava sendo  
340 discutido naquele momento não era a questão de ser assentados ou não e sim a solicitação da  
341 Secretaria do Patrimônio da União. O conselheiro Ernani Ávila disse que entre a singularidade  
342 processual exposta pelo conselheiro Fernando Gonzáles e o discernimento processual do  
343 conselheiro Alexandre Gastal, disse que gostaria de saber do Procurador Federal o seguinte:  
344 nestas tratativas todas feitas com o resultado da ação popular, quem sabe o que aconteceu em  
345 dezembro de 1992 e a administração que assumia em janeiro de 1993, com este comodato, sabe  
346 muito bem que ele não teve o fito de assentar alguém naquela área. Foi uma derrota ideológica  
347 de alguém que disputava o poder na Universidade Federal de Pelotas, que repassou. Duvidava  
348 que alguém lhe assegurasse que não foi isto que aconteceu. Na sequência disto, queria saber se  
349 entre os interesses dos que têm negociado (INCRA, UFPeI, Tribunal, União) em algum  
350 momento os assentados haviam sido ouvidos ou tinham se manifestado. O Procurador  
351 respondeu que à época não participava da área Jurídica, pois era bancário e não participou deste  
352 processo e desconhecia estas questões políticas internas e não se manifestaria quanto ao mérito,  
353 oportunidade ou conveniência de reverter ou não a área. Os assentados, por instrumento de  
354 comodato, alguns participaram do processo e outros foram citados, mas alegam, em embargo de  
355 terceiros, que de fato foram ouvidos e tiveram oportunidade de exercer sua defesa. Os  
356 assentados procuraram o INCRA, para que este resolvesse o problema agrário, pois no  
357 nascedouro desta questão houve um conflito agrário. Nos idos dos anos 90, sabemos que a  
358 ditadura militar havia terminado o estado terrorista recém havia sido concluído e houve muitos  
359 conflitos agrários. O INCRA atuou e induziu a Universidade a fazer o contrato de comodato.  
360 Procurado por estas pessoas agora, voltou à carga e pediu que a Universidade doasse o imóvel  
361 para fins de Reforma Agrária. O parecer da Procuradoria, que trata apenas de uma pequena  
362 fração do assunto, talvez a menos importante, que seria a questão da legalidade, mencionou que  
363 não haveria possibilidade de doação, pois há uma norma vedando doação a qualquer título.  
364 Eles, não satisfeitos, procuraram a União, que tem esta atribuição institucional e pediram que a  
365 SPU intercedesse e esta de fato o fez. O conselheiro Mário Meirelles falou que não contestava  
366 os conselheiros Fernando Gonzáles e Alexandre Gastal, Procurador André e conselheiro Ernani

*Ernani*



367 Ávila, que são advogados e ele não transitava nesta área, mas a ele parecia que estavam  
368 tratando de uma reversão, e essa reversão na realidade era uma janela que possibilitava esta  
369 negociação. E sendo uma janela, ao que teriam que se ater, e o conselheiro Gastal havia deixado  
370 bem claro, teriam de ter capacidade de discernimento naquilo que seria a relação de  
371 custo/benefício. De 1200 hectares, foram suprimidos 490 hectares. Por ocasião da elaboração  
372 do projeto, o INCRA esteve presente nestas áreas, vistoriando. Estiveram representantes do  
373 INCRA, ele esteve presente, representantes da Reitoria e representantes da EMBRAPA e foram  
374 vistoriadas todas as áreas de assentamento dentro da Universidade. Com vista, talvez, já o  
375 INCRA, com a intenção de regularizar uma situação que não foi regularizada até o presente  
376 momento. O que tinham de se ater era a relação custo/benefício dos 490 hectares que já estão  
377 ocupados há quase 20 anos. Temos todo o restante da Fazenda da Palma, para uma ação  
378 conjunta, principalmente de Unidades relacionadas às Ciências Agrárias. E outras áreas como  
379 Humanas, Sociais, e hoje estamos com um processo de tecnologia inovadora na área de  
380 Geografia e Prospecção, e não apenas Ciências Agrárias. Perguntou: A Engenharia Agrícola e  
381 Veterinária estão nos 490 hectares? Não estão, mas a Agronomia está, mas esta área não estava  
382 sendo utilizada. Acreditava que atualmente com o custo/benefício deste Centro de Capacitação  
383 que vai trazer um *plus* ou incremento nesta dita agricultura familiar ou agricultura de pequenos  
384 produtores, com agregação de valores, que é o que interessa, além do benefício extra-  
385 Universidade com a comunidade da Região ou da Região Geoeducacional ou dos vinte e três  
386 municípios da Região Sul, também tem todo um papel, que havia esquecido-se de ressaltar,  
387 que é a participação de professores, alunos e servidores. É um ambiente de formação não só  
388 para o produtor rural, não só capacitar em períodos contando com alojamentos, que atualmente  
389 não temos, além disto, terá uma grande oportunidade dos estudantes da Universidade em fazer  
390 cursos de extensão universitária, pois extensão não é apenas prestação de serviço. É mais  
391 complexo do que isto. O senhor presidente disse que a negociação de valores com o INCRA  
392 será feita pelo Reitor. O conselheiro Ledemar Vahl disse que o assunto lhe causava surpresa,  
393 pois não estava bem claro, mas uma coisa estava bem clara: poderia ser desvinculado o projeto  
394 da construção do Centro de Treinamento e outra seria a reversão da área ocupada da Fazenda da  
395 Palma. Outra coisa que gostaria de clarear era o que estava sendo dito que a área não estava  
396 sendo utilizada. Uma área experimental não se usa toda de uma vez só. São utilizadas partes e a  
397 área precisa estar disponível para ser utilizada. Disse que a área ocupada é toda a várzea que  
398 existe na Fazenda da Palma e onde existe o açude que reserva a água, inclusive a EMBRAPA  
399 arrenda água dos assentados para irrigar seus experimentos. Para irrigar experimentos montados  
400 na área lindeira ao assentamento tiveram que puxar água de cima da Palma, sendo que o açude  
401 fica pertinho do experimento. Finalmente pediu vistas ao processo para poder tomar mais  
402 conhecimento e analisar internamente para ver o que poderia ser acrescido para poder contribuir  
403 melhor com o assunto. O conselheiro Alexandre Gastal disse que fez um esclarecimento com o  
404 Procurador sobre quem era o comodatário e gostaria de sugerir a celebração de um comodato  
405 com o INCRA pelo mesmo prazo ocorrido. Não via nenhuma ilicitude neste gesto, pois o  
406 problema apontado pelo Judiciário foi a cessão gratuita deste imóvel para uma entidade  
407 particular. Atenderiam desta forma os interesses mais nobres, pois a Universidade tem a  
408 incumbência de zelar por ele, interesse da própria Universidade, sobretudo se esse comodato  
409 tivesse como encargo justamente a participação do INCRA no financiamento deste projeto  
410 excelente e atenderiam os interesses, do seu ponto de vista, menos nobres que ele identificava  
411 na postura do INCRA que é o de preservar aquelas determinadas pessoas que o Judiciário  
412 determinou que deveriam sair da área, e de quebra evitaríamos discussões jurídicas que  
413 poderiam aparecer em relação à cláusula que consta presente na escritura de doação da área  
414 para a Universidade que condicionava a doação ao emprego da área em prol de atividades da  
415 Faculdade de Agronomia. Assim, resolveria o problema de todos sem uma conseqüência tão  
416 definitiva e drástica como abrir mão da área toda. O senhor presidente disse que esta alternativa  
417 já havia sido levantada, onde o INCRA não foi nada receptivo a esta possibilidade, e ele  
418 acreditava ser em função de mudança de governo. Disse que o que mais o preocupava era o  
419 seguinte: 1º - se, eventualmente, o Conselho não aprovasse esta proposta da Administração, não

*Deu*





420 teriam de onde retirar recursos para manter aquela fração da Fazenda da Palma funcionando, já  
421 que os recursos atuais para a outra parte são precários e insuficientes. Deveriam retirar recursos  
422 das demais Unidades Acadêmicas para manter a área; 2º - temos um risco jurídico do próprio  
423 INCRA, pelo fato de não utilizarmos adequadamente aquela área, simplesmente requerer à  
424 União a doação, que segundo o Procurador, podem fazer facilmente sem problema nenhum e a  
425 UFPel perderá de qualquer forma a gleba e não terá em contrapartida, o Centro de Treinamento.  
426 Disse que aquela área da Fazenda da Palma é improdutiva ao longo de todos estes anos, e  
427 desafiava a qualquer Diretor que provasse o contrário e mostrasse a grade de atividades  
428 acadêmicas na área. O risco é nosso e queria deixar bem claro que a decisão era do Conselho.  
429 Em face desta questão, neste caso excepcional, para dar vistas do processo ao conselheiro  
430 Ledemar Vahl, desde que o conselho aprove vistas ao processo. Do contrário, resolveriam  
431 naquele momento. O conselheiro Jonas Rodeghiero disse que o DCE tem conversado com a  
432 direção do movimento e com famílias dos assentados, pois desde o ano de 2004 têm tentado  
433 utilizar a área como local de lazer para os estudantes, sendo que não lograram êxito. A  
434 Universidade reconhece que a terra é improdutiva e que não temos condições administrativas de  
435 dar um melhor uso para a área. Disse que concordava com a posição dos conselheiros João  
436 Adamoli e Rosane Brandão, que a questão é social, altamente permeada por motivações  
437 ideológicas e não tinha como renegar esta verdade e pensando nisso, desde já colocava que a  
438 posição dos representantes discentes era favorável a aprovar a proposta da Administração não  
439 via aquele momento como sendo o melhor para conceder vistas ao processo. O Conselheiro Nei  
440 Lopes disse que conhecia o problema desde o ano de 1962, quando foi estudante. Disse que fez  
441 vários experimentos na Palma com gado Ibagé, vindo das Cinco Cruzes. O abandono da Palma  
442 aconteceu por uma diversidade de fatores. Perguntou o que os assentados haviam produzido,  
443 pois sabe de produção de arroz em áreas arrendadas pelos assentados para outras pessoas.  
444 Frisou que o valor da área é imenso, pois está localizada perto de uma BR. Ali, por mais barato  
445 que seja, deve valer em torno de trinta mil o hectare. Disse que não concordava em ter de votar  
446 para conceder vistas ao processo. Não via o projeto como a maravilha que estava sendo  
447 vendida. O senhor presidente respondeu que apenas buscava o que era, a seu entendimento, o  
448 melhor para a Universidade. Concordou em retirar a possibilidade de colocar em votação e  
449 deixava vistas ao processo para o conselheiro Ledemar, mas na próxima reunião este teria que  
450 apresentar seu parecer, pois não poderiam se estender mais nesta discussão. O conselheiro  
451 Antonio César disse que algumas dúvidas haviam sido sanadas na manifestação anterior, mas  
452 tinha duas questões a ser esclarecidas: 1º - a Universidade teria possibilidade de perder a área  
453 em função de não a ter utilizado ao fim a que se destinava no termo de doação, sendo que a  
454 Universidade poderia perder e não receber nada em troca. Para manter a área teria de haver uma  
455 justificativa através de apresentação de um projeto para a área através da Faculdade de  
456 Agronomia ou Veterinária, para que pudesse ter uma justificativa e não perder a área se por  
457 acaso o INCRA viesse a solicitá-la sem ter nenhum tipo de benefício; 2º - no momento em que  
458 foi aprovada a construção do Centro de Treinamento, há cerca de três anos atrás, se já havia  
459 esta condição de reversão da gleba. Queria saber se este era um condicionante extra que o  
460 INCRA estava colocando para construir o Centro de Treinamento e se nesta situação de um  
461 condicionante extra, a Universidade poderia solicitar benefícios extras em relação à reversão  
462 desta área, não só para a construção do Centro, como também recursos para melhorar a situação  
463 da Fazenda da Palma na parte que permanece com a Universidade. Em relação a valores,  
464 alinhava com o comentário do senhor presidente, que o valor comercial não era o que estava  
465 sendo discutido, mas os valores que a Universidade tem, em termos de seus objetivos, que são  
466 ensino, pesquisa e extensão. Não falaríamos apenas em valores comerciais, mas esta questão  
467 estaria pautada no benefício que o retorno financeiro que o INCRA poderia oferecer para a  
468 própria Instituição. Conselheiro João Adamoli disse que o pedido de vistas do conselheiro  
469 Ledemar para suprir suas dúvidas, poderia ser feito naquela reunião, pois a convocação havia  
470 sido recebida na segunda-feira e poderiam ter ocorrido reuniões e debates na Faculdade de  
471 Agronomia. O receio que tinha era de neste período do pedido de vistas se perderia a  
472 oportunidade que a Universidade estava obtendo naquele momento e que poderia não ter cinco

*eu*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 10 de 30

473 dias depois. Por conta disto, se houvesse alguma dúvida que esta pudesse ser esclarecida  
474 naquele momento e propôs a votação naquela reunião. Conselheiro Nei Lopes disse que não  
475 havia ficado claro a ele qual foi a sentença final do Juíz, se a doação seria feita à UFPel. Disse  
476 que quando um conselheiro pedisse vistas era regulamentar dar vistas àquele conselheiro. O  
477 senhor presidente respondeu que vistas ao processo é um procedimento comum e o artigo 50 do  
478 Regimento Geral da UFPel refere-se a este assunto. Passou a palavra ao Procurador, Dr. André,  
479 que se referiu e à decisão do Tribunal que declarou a nulidade do instrumento de comodato e  
480 determinou a desocupação da área. A questão do risco jurídico é que o INCRA tem atribuição  
481 legal de fazer a Reforma Agrária e resolver os conflitos agrários. Poderá lançar mão dos  
482 instrumentos jurídicos de que dispõe ou obter uma Lei do Presidente da República ou um  
483 Decreto de desapropriação ou outro instrumento de desapropriação ou pedir que a União  
484 revogue a doação feita no passado por inexecução de encargo. O conselheiro Jonas Rodeghiero  
485 concordou em fazer votação do assunto e não ser concedido o pedido de vistas. Conselheiro  
486 Carlos da Luz disse que seguiria uma linha de raciocínio no sentido de que a grande maioria  
487 dos professores trabalha em regime de dedicação exclusiva, e quem paga os salários é o povo,  
488 através de recursos e impostos. O que entendia era que a Fazenda da Palma, como a  
489 Universidade Federal de Pelotas e as demais Instituições Federais são partes do Governo e  
490 quem mantém o Governo é o povo. Queria ter uma visão mais ampla de que o Centro de  
491 Treinamento virá para beneficiar parte das pessoas que trabalham com a terra. Comentou que  
492 durante todos os anos de Universidade nunca presenciou ações fortes e incisivas em benefício  
493 dos pequenos produtores. Falava como Engenheiro Agrícola, que atuou em algumas ações de  
494 extensão com o pequeno produtor, mas não foi uma ação forte como fazem com a indústria.  
495 Lembrou que o IFSul também está entrando no terceiro grau, mas é voltado para a indústria e  
496 acreditava que a Universidade Federal tem uma obrigação moral de dar uma resposta para os  
497 pequenos. Via o Centro de Treinamento, como o conselheiro Mário Meirelles havia  
498 mencionado, que não é apenas a área de Ciências Sociais que poderá atuar neste Centro.  
499 Acreditava que o Reitor poderia negociar com o INCRA para ampliar o projeto e possibilitar  
500 que todas as áreas em que a Universidade atua possam trazer o retorno deste conhecimento,  
501 desta tecnologia existente retornar o conhecimento gerado pelas pesquisas aos pequenos  
502 produtores que não possuem recursos para gerar pesquisas específicas para eles. Tinha claro  
503 que a Universidade tinha obrigação de cumprir com esta função social. Fechando seu  
504 raciocínio, disse que acreditava que não deveriam postergar mais esta decisão. O conselheiro  
505 Flavio Garcia fez sua manifestação dizendo que o que deveriam discutir não era a construção  
506 do Centro de Treinamento, que já havia sido aprovada. Sabemos que é salutar e importante, que  
507 a Universidade necessita discutir temas como este como também a própria questão da pobreza  
508 que normalmente a Universidade passa muito longe de tratar e ouvia falar também da questão  
509 da própria Veterinária, que achava importante em ter tomado frente neste processo, mas estas  
510 áreas são multidisciplinares e devem envolver outros setores. Os conselheiros Gastal, Ledemar  
511 e Nei esclareceram uma série de coisas que achou oportuna. Sobre a produtividade da área era  
512 um assunto que não deveria ser discutida naquele momento, pois do ponto de vista técnico não  
513 tinha subsídios para dizer se a área era produtiva ou improdutiva. A ele parecia que na parte da  
514 Fazenda da Palma, onde é utilizada pela UFPel, tem produzido muito em pesquisa e extensão  
515 relacionado com o curso de Agronomia e, mesmo sendo professor do Instituto de Biologia, tem  
516 acompanhado e desenvolvido projetos de pesquisa com a Agronomia. A ele parecia que não  
517 deveriam ter uma decisão precipitada, sem tomar mais cuidado na decisão de uma área da  
518 Universidade e, claro que tinham de pensar, e o Professor Gastal falou muito bem, no sentido  
519 de observar as conseqüências de sua tomada de decisão, pois envolve questões sociais, mas  
520 certamente a Agronomia deve ser ouvida, pois tem um histórico naquela área e uma longa  
521 caminhada e a ele parecia que a perda de vistas do conselheiro Ledemar não era nada  
522 equivocada, pelo contrário, acreditava que deveriam tomar uma decisão pouco mais comedida  
523 em relação a este tema. O conselheiro Nei Lopes reforçou sua fala dizendo que no tempo da  
524 Universidade Rural do Sul, havia o Centro de Treinamento chamado Ceitresul que oferecia  
525 cursos anuais sobre sementes, podas, tec. para agricultores. Desafortunadamente, com a criação

*am*



526 da Universidade Federal de Pelotas, o Ceitresul foi fechado. Dizer que a Universidade não se  
527 preocupa com o pequeno produtor não é verdade, pois o seu Departamento do Instituto de  
528 Biologia, muito preocupado com os problemas agrônômicos, fazem pesquisa com salinidade,  
529 cebola, metais pesados, excesso ou falta de água e isto tudo é publicado. Ficava surpreso com o  
530 fato de dizerem que não se faz nada neste sentido. Todo ano ele próprio publicava de três a  
531 quatro trabalhos. Em Rio Grande trabalham com pequenos produtores de cebola e muitas teses  
532 e dissertações têm sido publicadas por estudantes da Universidade. Disse que ficou chocado ao  
533 ouvir que a Agronomia não trabalhava a contento. Conselheira Rosane Brandão lembrou que há  
534 pouco tempo houve a discussão da doação do CAVG, que foi transferido inteiramente ao IFSul  
535 e não houve toda esta discussão, que tratava de técnicos e professores e de uma área inteira que  
536 se situava em um local muito bem localizado. Afirmou que era uma questão de disputa  
537 ideológica sim! Conselheiro Mário Meirelles fez mais uma manifestação dizendo que com o  
538 pronunciamento do conselheiro Nei Lopes, professor que admirava muito, se sentiu muito bem,  
539 pois este veio apoiar cem por cento o Centro de Capacitação Rural, e quando fez referência ao  
540 Ceitresul, lhe fez recordar a época em que ingressou na Universidade através de um programa  
541 deste Centro que contratou professores no regime de vinte horas, não só para a Veterinária nem  
542 só para a área de Ciências Agrárias, como também para o Instituto de Biologia, que se chamava  
543 PRODECA, na época do Professor Flavio. Disse que era desta época florescente em que a  
544 Universidade cresceu e acreditava que o grande crescimento da Universidade, resguardando e  
545 respeitando o passado, começou a ser incrementado com o advento do REUNI e que agora pode  
546 ser complementado com o convênio com o INCRA e respeitando esta reversão que será  
547 bastante importante para o desenvolvimento da extensão universitária na UFPel. O senhor  
548 presidente colocou em votação a concessão ao pedido do conselheiro Ledemar, obtendo  
549 dezenove (19) votos favoráveis, trinta e três (33) contrários e duas (02) abstenções. Foi  
550 concedido o pedido de vistas ao processo. **Item 2 – Processo nº 23110.004847/2010-00 –**  
551 **Proposta de Estrutura dos Centros.** O conselheiro Paulo Borges com a palavra, disse que na  
552 reunião de treze de julho, havia sido apresentada a estrutura dos centros e mais três propostas de  
553 criação de centros (itens 3, 4 e 5), mas por proposta de alguns conselheiros, foi concedido um  
554 prazo para encaminhamento ao Gabinete do Reitor e à Comissão que trabalhou nesta proposta,  
555 Chegou à Comissão dois documentos solicitando informações sobre a estrutura dos centros, um  
556 documento da Faculdade de Educação e um da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A  
557 ASUFPel solicitou que a Comissão enviasse um membro para esclarecimentos e assim foi feito.  
558 Voltou a frisar que havia sido dado um prazo até trinta de julho, para que as Unidades e os  
559 conselheiros apresentassem à comissão sugestões de alterações da estrutura e foi pedido vistas  
560 aos três itens, por solicitação da representação dos estudantes. O conselheiro Ernani Ávila  
561 perguntou ao relator se a representação discente havia externado alguma consideração sobre o  
562 processo. Este respondeu que não havia recebido nenhum documento e solicitou que a criação  
563 do Centro de Letras e Comunicação fosse apreciada na presente reunião, pois foi uma proposta  
564 criada dentro da Unidade, importantíssima para os projetos futuros Atualmente estão  
565 oferecendo o Curso de Jornalismo como nomenclatura a criação do centro é muito importante  
566 com relação à Faculdade de Letras como representante dos professores, alunos e técnicos  
567 administrativos No processo de estrutura do Centro de Química, Farmacêutica e de Alimentos  
568 foi incluído o documento e no processo do Centro de Artes também foram anexadas alterações.  
569 Conselheiro Jonas Rodeghiero respondeu ao conselheiro Ernani dizendo que o entendimento  
570 gerado ao corpo discente, foi que, existindo um representante discente na Comissão, este seria  
571 convocado para reunião e apresentaria suas reflexões retiradas de assembléia geral, constando  
572 em ata. Existem reflexões sobre a representação discente e de técnicos administrativos dentro  
573 dos Centros e o questionamento se haveria um espaço que represente o antigo Colegiado onde  
574 todos os professores se encontrem para deliberações e reuniões. O conselheiro Ernani Ávila  
575 retomou a palavra explicando seu questionamento, pois os três processos quando foram  
576 entregues para vistas, deveriam retornar com parecer ou pelo menos uma ratificação do que já  
577 constava nos processos. Caso contrário, o fato poderia ser visto como uma atitude meramente  
578 procrastinatória, o que significa dizer: pedir vistas, requerer vistas, não externalizar nenhuma

*Pen*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 12 de 30

579 argumentação que pudesse ser debatida e simplesmente fluiu o prazo sem que o Conselho  
580 tivesse alguma coisa a cotejar em termos de idéias. Esta é a observação que deve ser feita  
581 sempre com respeito a pedido de vistas a processos, sob pena de *chicana verbal*, como é o  
582 termo utilizado no Direito. O senhor presidente deixou bem claro que os processos que tiveram  
583 pedido de vistas lamentavelmente por algum motivo não foram sequer examinados pelas  
584 pessoas que solicitaram os processos. O tempo transcorreu e foram trazidos ao Conselho para  
585 deliberação. De qualquer modo, as observações que puderem ser acrescidas à constituição  
586 básica dos Centros serão aceitas. O conselheiro Paulo Borges poderia dar uma idéia a este  
587 questionamento discente e talvez facilite o entendimento de todos, se há algum espaço para a  
588 representação discente dentro dos Centros. Acreditava que esta questão fique dentro das normas  
589 habituais da Universidade na representação discente como é para qualquer Faculdade, Instituto,  
590 Escola Superior e os demais Órgãos que constituem a Universidade. Conselheiro Paulo Borges  
591 disse que a participação discente e dos técnicos administrativos é garantida por Lei, pelo artigo  
592 56 da LDB - Lei 9394 de vinte de dezembro, de 1996, que estabelece a proporcionalidade  
593 70/30, setenta por cento para docentes e trinta para servidores técnicos administrativos e  
594 estudantes. Com relação à participação de todos os docentes, atualmente já é facultado ao  
595 Conselho Departamental ou ao Colegiado, permitir que suas reuniões sejam ampliadas e em  
596 muitos casos as reuniões dos CD e Colegiado já são ampliadas justamente para discutir  
597 questões importantes para as Unidades. Nada impede que no Regimento Interno dos futuros  
598 Centros algum ponto relacionado a isto seja colocado. Nada impede que hoje tanto os Diretores  
599 como os Coordenadores de Cursos façam reuniões ampliadas com a participação de toda a  
600 Comunidade. O conselheiro Nei Lopes disse que ficou fora da discussão da implantação dos  
601 Centros. Sabia que estava acertado que criariam alguns centros e outras Unidades ficariam da  
602 forma como estavam. Disse ser contra esta estrutura mista. Ou decidiam criar os Centros e  
603 todos participavam, ou ficava como está. O senhor presidente lembrou que o que estava sendo  
604 discutido era a estrutura básica dos Centros, pois alguns já existem. Conselheiro Jonas  
605 Rodeghiero questionou sobre alguma redação maior sobre as competências das câmaras de  
606 pesquisa, ensino e extensão. O conselheiro Paulo Borges respondeu que a estrutura de centros  
607 busca justamente atender à estrutura atual da Universidade. Em muitos casos esta estrutura terá  
608 especificidades, pois as áreas têm trabalhos e características específicas. O que se busca com  
609 isto não é um engessamento das Unidades, mas justamente uma estrutura mínima que permita  
610 que as áreas possam, com um limite dentro de seus Regimentos Internos das Unidades,  
611 desenvolver um trabalho que agregue, de forma mais harmônica, as potencialidades tanto em  
612 docentes ou servidores técnicos administrativos, os diferentes Cursos ou Unidades que serão  
613 agregados dentro de um Centro. O que se buscou com isto, foi justamente formatar uma  
614 estrutura mínima que, atrelada ao estatuto novo, que logicamente deverá ser estruturado para  
615 dar sustentabilidade a estas estruturas, possa fazer com que esta nova dimensão de Unidade  
616 possa dar conta das diferentes áreas e cursos que serão agregados. Portanto, o que se busca é u  
617 m fortalecimento das estruturas colegiadas, neste sentido, e o que se busca é que, com o número  
618 de cursos criados na Universidade, a estrutura departamentalizada poderá não dar conta do que  
619 a Universidade possui. Justamente esta estrutura de câmaras (ensino, pesquisa e extensão) é  
620 uma estrutura intermediária entre uma Unidade sem Departamentos, somente com Colegiados,  
621 para ter o mínimo de possibilidade dos professores terem um local de aprovação dos seus  
622 projetos, distribuição de carga horária e todas as atividades que os Departamentos administram  
623 atualmente. As câmaras assumiriam estas atribuições a partir de uma política de diálogo entre  
624 as três câmaras, atendendo os projetos de ensino, pesquisa e a dimensão destas câmaras serão  
625 dadas pelos centros. Aqueles centros que não têm uma atividade de extensão, muito  
626 desenvolvida, poderão não ter câmara de extensão. As câmaras não são obrigatórias nestas  
627 estruturas. Os Centros poderão ter este tipo de câmaras ou não, dependendo de suas  
628 especificidades. Justamente os Colegiados e as estruturas do Conselho Departamental serão  
629 mantidos, mas os Departamentos poderão ter a maioria de suas atribuições substituída pelas  
630 câmaras, justamente para fazer este diálogo com os Coordenadores e a Direção ou, se o centro  
631 entender por não optar pela estrutura de câmaras vai ficar a critério de cada proposta de centro.

*Cen*



632 O conselheiro Jonas Rodeghiero perguntou em que ocasião ou fórum seriam estruturados os  
633 estatutos dos centros. Conselheiro Paulo Borges respondeu que apresentaram esta proposta,  
634 pois desde abril de 2009 estão trabalhando com a proposta de criação dos Centros. Chegou um  
635 momento em que o Gabinete do Reitor pediu que as Unidades, independentes ou integradas,  
636 apresentassem propostas. A Faculdade de Letras reuniu o seu Conselho e um Conselho mais  
637 ampliado e discutiu por várias vezes estas possibilidades e entenderam que para a realidade da  
638 Unidade, esta seria a melhor estrutura. Apresentaram para o GR uma proposta dentro do prazo  
639 que foi dado a todas as Unidades e Comunidade Acadêmica. O que entenderam na Faculdade  
640 de Letras, foi que esta proposta, naquele momento, agregando outros cursos de graduação,  
641 contemplaria melhor a demanda acadêmica de que teriam de dar conta. Esta foi uma discussão  
642 interna que fizeram e que foi bastante longa. As outras Unidades fizeram também estas  
643 discussões, mas o que se busca é uma estrutura mínima que esteja atrelada ao Regimento e ao  
644 Estatuto da Universidade, que possa dar conta disto, até porque já temos três centros criados  
645 atualmente. Temos de ter uma estrutura que tenha um diálogo com o DRA e com as Pró-  
646 Reitorias. A construção desta nova identidade deverá ser feita pelas Unidades, juntamente com  
647 o Conselho Universitário e esta nova estrutura de Regimento e Estatuto que já estão sendo  
648 trabalhados. O que buscarão na Faculdade de Letras é fazer algumas Resoluções, sendo que a  
649 primeira é trabalhar com o processo de extinção dos Departamentos, que não é imediato, pois  
650 teremos um prazo para trabalhar esses projetos. Processo que deverá levar uns seis meses para  
651 as tramitações entre o que existe atualmente e o que deverá ser, caso os centros sejam  
652 aprovados. Teremos que apresentar um Regimento Interno para o GR e CONSUN e destinar  
653 um prazo para o término do mandato dos Chefes de Departamentos. Todo o processo já tem um  
654 cronograma de como será feito, logicamente demandando um tempo de transição. Conselheiro  
655 Lauer Nunes questionou a proposta de estrutura dos centros quando é apontado o número  
656 máximo de componentes dos Conselhos, que seriam quatorze. Isto estaria ligado indiretamente  
657 ao número máximo de Cursos que este Centro possa ter. Queria saber o porquê deste número.  
658 Outra dúvida é relativa aos Colegiados de Cursos e as Coordenações de Colegiados de Cursos.  
659 Nas Unidades que possuem Cursos de Bacharelado e Licenciatura: se os Cursos de Bacharelado  
660 constituirão um Colegiado e os de Licenciatura, outro ou ambos constituirão um único  
661 Colegiado de Curso? O conselheiro Paulo Borges respondeu que os Colegiados que estão  
662 constituídos atualmente farão parte do Conselho do Centro. Se o Centro entender que os  
663 Colegiados de Bacharelado devam ser um único Colegiado e os de Licenciatura outro, isto vai  
664 ficar a critério da proposta que o Centro vai apresentar. No caso da Faculdade de Letras são  
665 quatro Cursos de Bacharelado e fazem parte de um Colegiado de Bacharelado e os cinco Cursos  
666 de Licenciatura fazem parte do Colegiado de Licenciatura. Logo, são dois Colegiados e um  
667 novo Colegiado de Jornalismo que é outro Curso que abriu atualmente com outra área  
668 específica. O número quatorze foi sugerido pela comissão, mas pode ser diferenciado. Por  
669 exemplo, a Fundação Universidade do Rio Grande, na proposta de criação de centros, em seu  
670 Regimento, um Centro deve ter, no mínimo, trinta professores e três Cursos de Graduação ou,  
671 não tendo três Cursos de Graduação, dois Cursos de Graduação e um de Pós-Graduação e que  
672 atenda as demandas de ensino, pesquisa e extensão. Isto ficará a critério de cada realidade e  
673 sendo um Centro muito grande, esta proporcionalidade se dará em torno da legislação do que a  
674 LDB prevê, dependendo de como isto será elaborado por cada proposta. O senhor presidente,  
675 não havendo mais manifestações sobre o assunto, colocou em regime de votação a proposta de  
676 estrutura dos centros, tendo sido aprovada com quarenta e três (43) votos favoráveis, e seis (06)  
677 abstenções. O senhor presidente, a seguir passou ao **Item 03: Processo nº 23110.004850/2010-**  
678 **15 – Criação do Centro de Letras e Comunicação.** O conselheiro Paulo Borges disse que a  
679 proposta de criação do Centro de Letras e Comunicação para explicar alguns aspectos  
680 relacionados à estrutura, que busca dar conta da nova demanda que eles têm e da realidade que  
681 atualmente a Faculdade de Letras tem, com outros cursos de outras áreas que estão agregados a  
682 eles, como Jornalismo e a criação de mais dois cursos em 2012. Esta seria uma proposta que  
683 contemplaria melhor suas necessidades. No próximo ano deverão estar com 340 vagas no  
684 vestibular, 2200 alunos na Graduação, 800 na Extensão, 75 professores, dezenove cursos já

*clm*



685 atendidos e mais de 200 disciplinas. Se permanecessem como Faculdade atualmente, deveriam  
686 criar, no mínimo, mais dois novos Departamentos, o que não seria viável neste momento para a  
687 Faculdade de Letras avançar no sentido de criar novos Departamento ou outras estruturas que  
688 não estrutura nova que possa contemplar sua realidade. O conselheiro João Paulo Adamoli  
689 disse que tinham a definição de centro há algum tempo e tinham acabado de aprovar a estrutura  
690 dos centros na Universidade. Obviamente que isto é um processo dinâmico e na medida em  
691 que esta estrutura fosse experimentada poderiam ser propostas alterações mais adiante.  
692 Perceberam e tentaram fazer ainda um debate a cerca do assunto, pois ainda há um interesse e  
693 houve dificuldade em completar o debate, sendo que as pessoas ainda não conhecem bem, mas  
694 queria fazer a proposta de que cada grupo de Unidades que já tinham um entendimento de que  
695 deveriam se unir para formar um centro o Conselho não deveria interferir no entendimento  
696 deles e estes deveriam ter autonomia para criá-lo. No exemplo da Faculdade de Letras, que já  
697 concluiu como deveria estruturar seu Centro, a proposta deveria ser aprovada. O senhor  
698 presidente colocou em votação a criação do Centro de Letras e Comunicação. Aprovada com  
699 quarenta e três (43) votos favoráveis e seis (06) abstenções. O senhor presidente disse que após  
700 conversar com o conselheiro Ledemar Vahl, que havia pedido vistas ao processo referente à  
701 Fazenda da Palma, combinaram que o assunto seria trazido para discussão em reunião do  
702 CONSUN agendada para o dia dois de setembro, quinta-feira. Pelo adiantado da hora,  
703 suspendeu a presente reunião que terá continuidade na segunda-feira, dia trinta de agosto, às  
704 quatorze horas e trinta minutos. Agradeceu a presença de todos e a reunião foi suspensa às doze  
705 horas e cinco minutos. Aos **trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez**, com início  
706 às quatorze horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de  
707 Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade  
708 Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**,  
709 Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Elio Paulo Zonta**, Pró-Reitor  
710 Administrativo; **Tânia Bachilli**, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento; **Roberto**  
711 **Heiden**, no exercício da Pró-Reitoria de Graduação; **Manoel de Souza Maia**, Pró-Reitor de  
712 Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura;  
713 **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Márcia Bueno**  
714 **Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da  
715 Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do Conservatório de Música; **Mário**  
716 **Carlos Araújo Meirelles**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Tânia Elisa Morales Garcia**,  
717 Diretora da Faculdade de Administração e Turismo; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da  
718 Faculdade de Medicina; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de  
719 Educação Física; **Patrícia Pereira Cava**, no exercício da Direção da Faculdade de Educação;  
720 **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Instituto de Artes e Design; **Flavio Roberto Mello**  
721 **Garcia**, no exercício da Direção do Instituto de Biologia, **Gil Carlos Rodrigues Medeiros**,  
722 Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do  
723 Instituto de Química e Geociências; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de  
724 Sociologia e Política; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e  
725 Obstetrícia; **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Antonio**  
726 **César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia**  
727 **Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira**  
728 **Borges**, Diretor da Faculdade de Letras; **Nei Fernandes Lopes**, representante dos Professores  
729 Titulares; **Dario Munt de Moraes**, representante dos Professores Associados; **Orlando**  
730 **Antonio Lucca Filho**, representante dos Professores Associados; **Luiz Fernando Gonçalves**  
731 **Van Der Laan**, representante dos Professores Adjuntos; **William Silva Barros**, representante  
732 dos Professores Adjuntos; **Raquel Santos Schwonke**, representante dos Professores  
733 Assistentes; **Francisco José Pereira Tavares**, representante dos Professores Assistentes;  
734 **Clarice Franco de Souza**, representante dos Professores Auxiliares; **José Fernando González**,  
735 representante dos Professores Auxiliares; **Eder João Lenardão**, representante dos  
736 Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Vanda Maria da Rosa Jardim**, representante do  
737 COCEPE; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante do COCEPE; **Denis Helfer Carvalho**,

*Deu*



738 **Guilherme Emanuel Weiss Pinheiro, Francis Radael Tatto (suplente), Tamara Leitzke**  
739 **Caldeira, Jonas Rodeghiero Leonardo Prado Kantorski, Tony de Siqueira Sachi,**  
740 representantes discentes; **Ângela Catarina Medeiros Ferreira, Edimar Gonçalves Ribeiro,**  
741 **Gilmara Anderson Timm, João Paulo Volcan Adamoli, Francisco Antunes Fossati, Maria**  
742 **Tereza Tavares Fuji, Rosane Brandão,** representantes dos Técnicos Administrativos. Não  
743 compareceram os conselheiros: **Manoel Luiz Brenner de Moraes,** Vice-Reitor, por estar em  
744 viagem de trabalho, **Fábio Vergara Cerqueira,** Diretor do Instituto de Ciências Humanas;  
745 **José Honorato de Oliveira Filho,** Diretor da Faculdade de Meteorologia; **José Carlos**  
746 **Fachinelo,** representante dos Professores Titulares; **Tiago Veiras Collares,** representante dos  
747 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Rogério Costa Würdig,** representante dos  
748 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Ana Carolina Issler Ferreira Kessler,** representante  
749 Comunitária; **Claudio Kroeff,** representante Comunitário e **Margarete Brum de Armas,**  
750 representante Comunitária. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente,  
751 Professor Antonio Cesar Borges, iniciou a reunião passando de pronto ao **Item 04 - Processo**  
752 **nº 23110.004535/2010-98** – Criação do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de  
753 Alimentos. O senhor presidente solicitou ao conselheiro Sergio Nascimento para relatar o  
754 processo. Este, após cumprimentar os conselheiros, disse que a proposta de criação do Centro  
755 de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos é uma iniciativa de um grupo majoritário  
756 de professores do Instituto de Química e Geociências, em conjunto com os professores do  
757 Departamento de Ciência dos Alimentos. Disse que esta proposta contempla a afinidade de  
758 ensino entre os diferentes cursos incluídos no Centro e objetiva ações conjuntas, voltadas a  
759 interesses afins, principalmente visando o crescimento e fortalecimento dos cursos com  
760 consequente melhoria na formação dos discentes. Um fator determinante na criação deste  
761 Centro foi a possibilidade de manutenção de todos os professores que atualmente se encontram  
762 lotados nos três Departamentos do Instituto de Química aglutinando os professores oriundos do  
763 então Departamento de Ciências dos Alimentos. Esta é, portanto uma proposta aglutinadora,  
764 onde as atuais atividades docentes não sofrerão nenhum tipo de prejuízo acadêmico, pois todas  
765 as áreas de interesse estão contempladas no Centro, ou seja: Ciência de Alimentos, Tecnologia  
766 de Alimentos Físico-Química, Bioquímica, Química Analítica, Química Orgânica Química  
767 Inorgânica, Ensino de Química, Ciências Ambientais e Ciências Farmacêuticas. Ressaltou que a  
768 área de Ciências Farmacêuticas, especialmente foi implantada recentemente em agosto com a  
769 criação do Curso de Farmácia. Mais uma razão bastante forte para ampliar o guarda-chuva que  
770 pretendem fazer, abrigando áreas afins. Pensam em estar contemplando algumas distorções que  
771 ocorrem na Universidade, ou estavam ocorrendo como, por exemplo, o Departamento de  
772 Química de Alimentos estar ainda lotado na Faculdade de Administração e de Turismo.  
773 Acatando o convite, o Curso de Química de Alimentos, passa a fazer parte deste novo Centro,  
774 que substitui o Instituto de Química e Geociências. Alguns aspectos sumários sobre o Centro  
775 estão na proposta de encaminhamento para posterior enquadramento ao Estatuto a serem  
776 estabelecidos pelos órgãos competentes da UFPEL. Ficou a disposição para esclarecimentos que  
777 se fizessem necessários. O conselheiro Eder Lenardão se manifestou dizendo que gostaria de  
778 fazer algumas colocações em relação à criação do Centro: primeiramente esta não é a única  
779 proposta discutida no IQG. Existe outra proposta alternativa, que complementa a apresentada.  
780 No IQG, a grande maioria é favorável ao novo arranjo, ou seja, a criação de centros. Entretanto,  
781 a Unidade tem pouco mais de trinta docentes, dos quais a metade ou um pouco mais que a  
782 metade, apesar do nome de Instituto de Química, é formada de profissionais atuantes em outras  
783 áreas, principalmente Bioquímica e alguns docentes remanescentes da área das Ciências  
784 Agrárias. Dezesesseis docentes são Químicos de formação e atuação e esse grupo de docentes tem  
785 atuado nos últimos anos na criação e consolidação do Curso de Graduação em Química -  
786 Bacharelado e Licenciatura; há dois anos a criação do Curso de Química Industrial, dentro da  
787 política de expansão do REUNI; há pouco mais de três anos o Curso de Pós-Graduação em  
788 Química - Stricto sensu - Mestrado em Química e apresentada a proposta para ampliação para o  
789 nível de Doutorado. Esse grupo, graças ao apoio desta Administração, tem conseguido  
790 importantes avanços na parte de infra-estrutura para pesquisa e ensino. Em todas as frentes este

*Carla*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 16 de 30

791 grupo tem atuado, buscando fortalecer a área de Química na Universidade, que até alguns anos  
792 era basicamente prestadora de serviços e atualmente é personagem ativa do avanço da  
793 Universidade. Tem atuado também em atrair recursos bastante importantes para o crescimento  
794 da Universidade. Este grupo de Químicos não enxerga, na configuração apresentada deste  
795 Centro, que tem o nome bastante amplo, possibilidades de a Química avançar enquanto área  
796 dentro da Universidade. Nesta configuração, que não muda muito em relação ao que atualmente  
797 é o IQG, que no seu entendimento não é bom, da forma como foi configurado, pois os três  
798 Departamentos não são adequados. Existe um Departamento onde estão quatro áreas da  
799 Química dentro de um único Departamento (12 docentes) e Bioquímica e Orgânica onde estão  
800 os demais 20 docentes do IQG. A configuração atual não é boa e também a que foi proposta  
801 não vai resolver este problema de impedir o crescimento da Química em áreas importantes  
802 como Físico-Química, Química Inorgânica e Analítica. Existe a área de Química Orgânica, que  
803 está bem consolidada, mas no ensino de Química também há uma deficiência importante.  
804 Houve uma discussão entre docentes do IFM e docentes do IQG, no sentido de apresentar  
805 também uma proposta, atendendo ao apelo da Reitoria, se reuniram e discutiram possibilidades  
806 de maximizar os recursos na Universidade, tanto para estrutura física quanto recursos humanos,  
807 visando o crescimento da área de Química e das Ciências Exatas. Essa proposta teria o nome  
808 proposto inicialmente de Centro de Ciências Exatas e contaria com docentes do atual IFM,  
809 exceto alguns que já migraram para outras Unidades e docentes que atualmente estão lotados no  
810 IQG. Disse que os termos “agregar e proposta inclusiva”, colocados pelo conselheiro Sergio,  
811 também fazem parte desta proposta alternativa, que tem o aspecto de agregar e trazer para mais  
812 próximo, docentes que possuem afinidades. O Curso de Graduação em Química - Bacharelado  
813 tem cem por cento de sua grade curricular dependendo do IQG e do IFM; o curso de  
814 Licenciatura em Química tem cerca de setenta por cento de docentes destas Unidades e  
815 Química Industrial também. Há uma grande afinidade de interesses na parte de ensino. Na parte  
816 de pesquisa existem vários projetos em comum que envolvem docentes da Física, Estatística e  
817 Química. Atendendo ao que foi proposto pela Reitoria, foram feitas consultas aos Colegiados  
818 dos Cursos de Graduação, do Colegiado do Programa de Pós-Graduação e estes decidiram que  
819 era interessante uma composição no formato de Centro de Ciências Exatas. Foram anexadas as  
820 atas destes Colegiados ao documento que faz parte do processo. O conselheiro leu parte da  
821 proposta de encaminhamento: “...Salientamos que este encaminhamento está respaldado pelo  
822 Departamento de Física, Departamento de Matemática e Estatística e pelos Colegiados dos  
823 Cursos de Graduação em Química Industrial, Química – Licenciatura, Química – Bacharelado e  
824 Pós-Graduação em Química, nível Mestrado. Além da afinidade natural entre as áreas  
825 proponentes a criação do Centro de Ciências Exatas se justifica pelo crescimento da área das  
826 Exatas na UFPel nos últimos anos diversos cursos de graduação e pós-graduação. A contratação  
827 de dezenas de docentes qualificados e o atendimento de expressivos cursos da UFPel nos  
828 diferentes níveis. Neste sentido espera-se um posicionamento com relação à proposta formulada  
829 para que se possa dar seguimento, em conjunto com esta comissão, às etapas subseqüentes  
830 deste processo de reestruturação. O grupo se coloca a disposição para qualquer discussão ou  
831 esclarecimento.” Disse ainda que o que tinham naquele momento era a possibilidade de  
832 evitarem que fosse cometido um erro histórico. Tinham a possibilidade de agrupar as áreas  
833 afins das Ciências Exatas como acontece na maioria das universidades do país e do mundo.  
834 Temos a opção de incluir docentes que atuam nas Exatas que atualmente estão em outros  
835 cursos, num primeiro momento ainda não contemplados, e não possuem opção para serem  
836 lotados. Disse terem o respaldo dos alunos, na medida em que os representantes discentes dos  
837 cursos de Graduação e Pós-Graduação apóiam esta proposta. A proposta foi apresentada e  
838 discutida, o que não poderia dizer a respeito da proposta do Centro de Ciências Químicas,  
839 Farmacêuticas e Ciências dos Alimentos, onde houve apenas uma discussão parcial. O  
840 encaminhamento como estava apresentado na presente reunião não era adequado e a mínima  
841 possibilidade que tinham era de rediscutir a questão e retorná-la ao IQG, para novos debates. O  
842 conselheiro Sergio Nascimento se manifestou dizendo que o preocupava o apelo à democracia  
843 feito pelo conselheiro Eder, enquanto que no IQG atualmente somados os professores do

*ew*





844 Instituto de Química juntamente com os professores do Curso de Química dos Alimentos  
845 perfazem um total de cinquenta professores. Disse que recebeu um documento do  
846 Departamento de Química Analítica, do qual faz parte o conselheiro Eder em que ele faz  
847 algumas colocações interessantes: "...é de vosso conhecimento, senhor Diretor, que em meados  
848 de 2009, em meio a discussões a cerca da temática..." Não foi uma reunião oportuna, pois  
849 tiveram diversas discussões. O professor participou de uma plenária com todos os professores,  
850 onde a maioria absoluta, quarenta e poucos professores, em detrimento desta minoria que  
851 assinou este encaminhamento, decidiram participar do Centro proposto. O documento da  
852 proposta alternativa foi assinado por sete professores, de um conjunto de quarenta e sete  
853 professores, que optaram por fazer parte de um tipo de centro, onde majoritariamente este  
854 Centro de Exatas seria maciçamente formado por professores da Física e da Matemática, a  
855 proposta deveria ter partido daquela área. Que poder teriam professores de Química para  
856 chamar para si a formação de um Centro, onde apenas sete ou nove professores de quarenta e  
857 sete optaram por fazer parte de outro modelo de centro? Democraticamente isto foi discutido na  
858 plenária com todos os professores, pois optou por fazer a discussão com todos os professores.  
859 A ele parecia que o Instituto de Química não poderia ter encaminhado uma proposta em nome  
860 de um grupo majoritário, onde apenas nove aceitaram a idéia. O encaminhamento deveria ter  
861 sido feito pelo IFM, que já tinha inclusive eleito novo Diretor, que encaminhou uma proposta  
862 de optarem pela manutenção de um sistema que já vinha acontecendo há bastante tempo. O  
863 conselheiro Mario Meirelles se manifestou dizendo que acreditava que a discussão era bastante  
864 interessante, entretanto, apesar da ceara ser farta, era necessário ouvir os dois lados e gostaria  
865 de ouvir a palavra do Diretor do Instituto de Física e Matemática. O conselheiro Gill Medeiros  
866 disse que existe a proposta de professores do Departamento de Física e Matemática, na forma  
867 como foi relatada pelo conselheiro Eder, juntamente com o grupo de Química. Não passou o  
868 assunto em reunião do Conselho Departamental. A última discussão que estava dentro do  
869 Conselho Departamental sobre a formação do Centro de Ciências Exatas retirava inicialmente o  
870 grupo da Química, justamente em função da discussão que estava acontecendo no IQG, que  
871 está contida neste item em discussão. Estava sendo notificado naquele momento que os  
872 professores pretendiam manter a iniciativa inicial. Não há discussão formal, concluída no IFM.  
873 A proposta que foi encaminhada à comissão que tratava do assunto foi encaminhada pelos  
874 docentes do grupo das três áreas que discutiu a proposta. Não há uma definição final do IFM  
875 em relação à proposta do centro. Ultimamente ocorreu a chamada para duas reuniões do  
876 Conselho Departamental, que não ocorreram por falta de quorum. Conselheiro Eder Lenardão  
877 disse que quarenta e sete docentes referidos pelo conselheiro Sergio Nascimento, incluem  
878 docentes do Departamento de Alimentos, pois o Instituto de Química e Geociências não possui  
879 este número de professores. Deveria ficar claro que disse que dez docentes entre os docentes  
880 Químicos apóiam uma configuração diferente e não se referiu a números. Perguntou ao  
881 Conselheiro Gil se o grupo havia sido constituído pelo IFM, a que o conselheiro respondeu  
882 negativamente e salientou que quando este grupo encaminhou a proposta, esta não estava em  
883 pauta no Conselho Departamental. Conselheiro João Adamoli se manifestou dizendo que na  
884 reunião anterior havia se manifestado como participante de uma categoria e havia sido dito que  
885 naqueles setores onde existisse uma discussão avançada e em casos contrários deveria ser feita  
886 uma discussão mais ampla. A ele parecia que deveria ser feita uma discussão mais aprofundada,  
887 incluindo os discentes e servidores técnico-administrativos. Deveriam discutir mais o assunto e  
888 até mesmo fazer uma fusão com as duas propostas. O conselheiro Ernani Ávila disse que lhe  
889 parecia que deveria prevalecer, em tese, o que havia sido dito pelo Diretor e os demais docentes  
890 no exercitamento do contraditório da versão adversa, poderiam perfeitamente migrar para o  
891 IFM, onde se identificavam. Conselheiro Nei Lopes disse que lhe parecia que se fosse criado  
892 um centro nestes moldes apresentados, não ficaria estanque e não impediria que acontecessem  
893 outras alterações, ou agregações. Disse que ouvindo o relato das duas propostas, em muitos  
894 pontos concordava com as duas. Acreditava que um Centro de Ciências Exatas deveria incluir o  
895 termo Ciências Tecnológicas, podendo agregar os cursos de Química, Física, Matemática,  
896 Meteorologia, Engenharias, Tecnologia de Alimentos. Apenas acreditava que o Curso de

*Conselheiro*



897 Ciências Farmacêuticas estava um tanto deslocado neste centro. Este deveria participar do  
898 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. A Química só é dependente da Física, pois são as  
899 ciências mais fundamentais, sendo primeiro a Física e depois a Química. O resto são invenções  
900 humanas. Estas duas deveriam estar juntas. Não só estes cursos que estão nestas Unidades irão  
901 depender deles, mas todos os demais que lidam com Biologia ou outras áreas irão necessitar  
902 destas duas. Se puder haver mudanças, não via porque não aprovar imediatamente. Ainda  
903 ficava na dúvida sobre a questão: criaremos Centros ou não. Acreditava que não deveriam criar  
904 um número exagerado de centros pequenos. No máximo deveriam ser criados quatro ou cinco  
905 centros incluindo áreas gerais, com pórtico e potência de crescimento. O senhor presidente  
906 disse que queria aproveitar a fala do conselheiro Nei e dizer que em todas as Unidades que  
907 estão passando pelo processo de reestruturação, passarão por uma reavaliação depois de um  
908 período, talvez cinco anos, e logicamente haverá possibilidade de mudanças. Disse que estavam  
909 tratando de questões de poder. Sabia que é difícil juntar a Medicina com a Enfermagem,  
910 embora existam lógicas neste sentido, ou juntar alguns setores da Química, confirmando sua  
911 teoria de ser uma questão de poder ou de simpatias do que qualquer outra coisa. Não via muita  
912 lógica nisto, da mesma forma que a Farmácia seja uma área aplicada e não uma área exata. Em  
913 todas estas coisas dentro do conhecimento, há uma tendência muito maior de agrupá-las do que  
914 separá-las. De qualquer forma, não queria nem deveriam entrar nesta discussão, pois existem  
915 outras questões de áreas que não aceitam se agrupar. Isto faz parte do poder dentro da UFPel  
916 que é uma questão que não poderá ser resolvida nos próximos anos. A conselheira Rosane  
917 Brandão disse que não existe nenhum argumento que permita votar o assunto na presente  
918 reunião. Sugeriu retirar de pauta as duas propostas para retornarem com uma melhor discussão.  
919 Até porque nenhuma proposta passou em Conselho Departamental e nenhum outro Conselho. O  
920 conselheiro William disse que o IFM, passa por um momento de transição, sendo que este é  
921 formado por quatro Departamentos e a discussão foi feita inicialmente com a Física e a  
922 Química, sendo uma pequena porção desta última. A proposta de centro não foi consolidada  
923 simplesmente por uma questão de ainda estar sendo discutida amplamente desde que foi  
924 proposta há mais de um ano pelo Reitor. Não é porque não está apresentada naquele momento,  
925 que ela não exista. Existem idéias e afinidades dependendo de esclarecimentos. Cada setor tem  
926 as suas dúvidas. O setor de computação se identifica mais com o Centro de Desenvolvimento  
927 Tecnológico e está migrando para lá. O IFM não possui ainda uma proposta apresentada ao  
928 Conselho Universitário, por uma questão de momento. Acreditava que cada setor irá resolver  
929 seus problemas na medida em que forem aparecendo. Cada um sabe a decisão que irá tomar e  
930 eles estão se preparando para apresentar uma proposta. O que estava sendo apresentado a todos  
931 era uma idéia e deveriam avaliar qual idéia iriam aprovar. O conselheiro Álvaro Ayala se  
932 manifestou dizendo que o IFM já tem, de alguma forma, uma estrutura de centro que congrega  
933 áreas muito diferentes. No momento em que se está reorganizando a estrutura da Universidade,  
934 o efeito sobre o IFM é muito grande. Tem as áreas de Desenho Técnico e Gráfica  
935 Computacional e Ciência da Computação, que estão buscando sua identidade dentro da  
936 Universidade. São áreas de alguma forma mais técnicas enquanto as áreas de Física e  
937 Matemática são áreas mais básicas, pois são conhecimentos necessários para o  
938 desenvolvimento de outras áreas. Este processo acabou se tornando mais complexo dentro do  
939 IFM e este não tomou sua decisão mais específica, pois como havia vários grupos buscando sua  
940 identidade resolveram tomar uma resolução que seja conjunta com o IFM. Houve um aceno  
941 com a Química, mas este foi correspondido por uma parte e não por outra. Isto acabou criando  
942 um problema dentro da Química, que acreditava ser de identidade, pois as áreas onde estão  
943 envolvidos os cursos da Química têm uma identidade maior com a Física e outras áreas não têm  
944 esta identidade. Criou-se esta situação complexa, porque as áreas básicas da nossa Universidade  
945 não cresceram com a mesma identidade que as Faculdades já possuem. Por este motivo é que  
946 está sendo muito complexa esta discussão no IFM e acreditava que o mesmo ocorria na  
947 Química. Sugeriu a retirada de pauta do processo para uma discussão maior. O conselheiro  
948 Sergio Nascimento respondeu à conselheira Rosane que na realidade não existem duas  
949 propostas. Só existe uma proposta, a do IQG. A outra proposta foi originada por um grupo de

*de*



950 sete professores e inclusive ele, como Diretor, nunca foi convidado para participar de nenhuma  
951 reunião. Na realidade existe a proposta onde a maioria dos professores reuniu-se e inclusive  
952 todos os Chefes de Departamento elaboraram. O documento que o professor Eder encaminhou  
953 lhe causou certa estranheza, pois esta não contém, sequer, a assinatura do Chefe do  
954 Departamento. Resumindo, disse que façam o que fizerem, vão voltar à discussão, pois da  
955 forma como está, não haverá entendimento. O conselheiro Jonas Rodeghiero disse que o  
956 movimento estudantil tem discutido árdua e cansativamente a questão de reestruturação  
957 administrativa da Universidade. No seu entendimento é que uma reestruturação administrativa é  
958 com vistas à racionalidade pública e ao desenvolvimento de produção de conhecimento da  
959 Universidade que tem o compromisso de cumprir esta função dentro da organização do Estado  
960 Brasileiro. A eles impressionava sempre era que viam que as discussões estavam muito mais  
961 pautadas na organização de poder, e isto Foucault explica bem com a microfísica do poder, ao  
962 invés de orientar a produção de conhecimento e com o compromisso que a Universidade tem de  
963 desenvolvimento tecnológico e produção de conhecimento no país. Enquanto estudante  
964 acreditava que os Doutores deveriam ter mais compromisso com a produção de conhecimento  
965 do que preocuparem-se com seus próprios departamentos, nichos, centralidade de poder e  
966 unidades de semânticas. A ele chamava a atenção especialmente, que falavam muito na questão  
967 dos professores, mas realmente estes Institutos, estes cursos desenvolvidos não possuem uma  
968 tradição acadêmica de organização do movimento estudantil e faltavam muitos subsídios de  
969 suas bases para dizer o que os estudantes estão pensando, pois estes não tinham conhecimento  
970 de nada do que estava sendo discutido. Via que estavam falando, tentando consolidar  
971 argumentações em torno de democracia, mais participação, menos participação, onde viam que  
972 não houve participação dos outros segmentos e onde proclamavam autoridade a partir de uma  
973 aprovação dentro de um Departamento, uma figura administrativa que a própria proposta dos  
974 centros prevê a extinção. Concordava com a fala da conselheira Rosane que este não é um  
975 modelo de Unidade que preserva a democracia e a participação de estudantes, professores e de  
976 servidores. Disse que também não entendia a possibilidade de aprovação, nesta reunião, da  
977 proposta ou das propostas apresentadas. O senhor presidente respondeu que também  
978 concordava que estavam discutindo apenas uma proposta, mas percebia que vários conselheiros  
979 já haviam se manifestado no sentido de que o assunto seja melhor discutido, ele realmente  
980 também tinha a mesma percepção, como presidente do Conselho, e vislumbrando as Unidades  
981 Acadêmicas, como tem visto ao longo do tempo, que dificilmente as coisas irão se ajustar.  
982 Mesmo assim, a sua proposição ao Conselho foi que o assunto fosse trazido para a próxima  
983 reunião e solicitou retirada de pauta e colocou a sugestão em regime de votação. Aprovada com  
984 uma negativa e uma abstenção. Ficou decidido retornar o assunto na reunião do dia oito de  
985 setembro à tarde quando encerrariam esta discussão. **Item 05 - Processo nº**  
986 **23110.004852/2010-12** – Criação do Centro de Artes. O senhor presidente relatou que a  
987 proposta apresentada foi a criação de dois centros vinculados às artes, sendo o primeiro Música,  
988 Teatro e Dança, onde fica absorvida parte do Instituto de Artes e Design e do Conservatório de  
989 Música e o segundo Artes Visuais, Design e Cinema. Solicitou ao conselheiro Lauer Nunes que  
990 relatasse as propostas. Este iniciou sua fala dizendo que desde que foi instaurada a comissão do  
991 Conselho Universitário para trabalhar a proposta de centros, nas primeiras reuniões houve a  
992 proposta de criar um centro que englobasse as áreas de Artes, mais a área de Arquitetura e parte  
993 de alguns cursos do Instituto de Ciências Humanas. Começaram a trabalhar esta idéia desde o  
994 princípio, entraram em contato com os Diretores envolvidos, que manifestaram suas posições a  
995 partir de consultas com seus Conselhos Departamentais. A Arquitetura, por exemplo, foi um  
996 curso que optou por manter-se na forma atual, o curso de Conservação e restauro também  
997 manifestou informalmente que o ICH não pretendia abrir mão deste Centro e continuaram  
998 trabalhando em conjunto com o Conservatório, até que chegaram aos dados finais sobre o que  
999 seria um centro único na área de Artes na Universidade e se depararam com alguns números  
1000 bastante alarmantes, pois seria um centro que contaria com aproximadamente noventa  
1001 professores. Ingresso anual de quatrocentos alunos, o que daria provavelmente mil e oitocentos  
1002 alunos, nos cursos funcionando a pleno e distribuídos em seis prédios na cidade, dirigidos por

*euu*



1003 um Diretor, constituindo um total de quatorze cursos. Disse que tentou em um primeiro  
1004 momento trabalhar a idéia de um centro único, mas depois de muitas reuniões e discussões  
1005 sobre o assunto, não houve um consenso por aqueles envolvidos, que acabaram manifestando,  
1006 quase por unanimidade, o desejo da criação de dois centros: Centro de Artes e Design e Centro  
1007 de Teatro, Dança e Música. Houve um crescimento muito significativo desta área a partir do  
1008 momento da adesão e da implantação na Universidade ao Programa REUNI o que de fato deixa  
1009 um número extremamente alto para gerenciar áreas que, apesar de serem próximas, possuem  
1010 particularidades e especificidades bastante significativas, daí vem a proposta, aprovada pelas  
1011 duas Unidades envolvidas, da criação destes dois centros. Passou a palavra à conselheira Isabel  
1012 Nogueira, Diretora do CM, que também trabalhou na tomada de decisão. A conselheira leu  
1013 alguns itens da justificativa da criação do centro de Música, Teatro e Dança, aprovada pelos  
1014 professores e alunos das duas Unidades Acadêmicas: “A necessidade de valorização da grande  
1015 área de Artes pela Universidade Pública. A área de Artes tem sido historicamente abrigada  
1016 pelas Universidades Públicas e constitui espaço privilegiado de discussão e formação,  
1017 contribuindo para uma mais qualificada vivência humanística dos alunos. A proposta de criação  
1018 de dois centros na área de Artes trata-se de uma opção política de uma maior representatividade  
1019 desta área nos Conselhos Superiores da Universidade (para trazer uma experiência, disse que a  
1020 Universidade Federal da Bahia possui quatro centros na área de Artes: Centro de Artes, Centro  
1021 de Música, Centro de Teatro e Centro de Dança). Disse ainda que talvez seja um pouco dispare  
1022 na nossa tradição de universidade agrária, mas o próprio Reitor sabe muito bem como a  
1023 Universidade tem se modificado e sido aberta para esta área da cultura. Este investimento na  
1024 cultura também é uma ênfase forte do Governo Federal. A economia da cultura é uma  
1025 economia que cresce e se verifica uma necessidade de qualificação de profissionais que possam  
1026 contribuir criticamente nesse mercado interagindo, integrando, descentralizando as práticas  
1027 culturais e incentivando o reconhecimento e gestão pela comunidade das suas formas próprias  
1028 de atuação na sociedade. Observamos este investimento do governo cultural e também esta  
1029 demanda crescente na região que vem sendo identificada e acolhida na UFPel. O número de  
1030 alunos e professores é bastante alto. A abertura dos Cursos de Regência e de Música Popular,  
1031 previstos para 2011, vai trabalhar com regentes de coros e pequenos grupos instrumentais e  
1032 com músicos populares da cidade, atendendo uma demanda antiga e forte das escolas e  
1033 comunidade. Os espaços físicos também é alguma coisa importante, pois dois centros na área  
1034 de Artes torna mais viável sua manutenção e expansão. Um centro único demandaria estes seis  
1035 espaços diferentes, significando um maior necessidade de pessoal técnico administrativo. Existe  
1036 uma lei de que a música é obrigatória nas séries iniciais e torna efetiva a demanda pela  
1037 formação de profissionais na área. Existe ainda a questão de uma lei de 2004, aprovada pela  
1038 Assembléia Legislativa do Estado, que torna o CM Patrimônio Histórico Estadual e a criação  
1039 do Centro de Música, Teatro e Dança irá manter o CM como órgão suplementar, garantindo que  
1040 se cumpra esta determinação legal.” O conselheiro Mario Meirelles sugeriu que também  
1041 retirassem o assunto de pauta, por ter sido apresentada nova proposta. A conselheira Rosane  
1042 Brandão se manifestou dizendo que no IAD foi convocada reunião e foram convidados todos os  
1043 técnicos – administrativos e discentes para fazer a discussão. Na verdade o que ocorre,  
1044 diferentemente da proposta que havia feito em relação à criação do centro anterior, é que a  
1045 discussão do IQG não havia uma discussão com uma resposta da comunidade enquanto que no  
1046 caso do IAD e do CM existe uma decisão e esta é quase unânime. A conselheira Márcia  
1047 perguntou quantos alunos e professores ficariam em cada centro. O conselheiro Lauer Nunes  
1048 respondeu que no CAD ficarão de cinquenta e cinco a sessenta professores e duzentos e  
1049 cinquenta ingressos de alunos anuais o que chega a um total de funcionamento a pleno dos  
1050 cursos, de mil alunos, perfazendo um índice de 18,18 alunos por professor, o que é muito alto  
1051 para a área que tem uma especificidade de acompanhamento de professores. No CMDT  
1052 ficariam quarenta e oito professores e um total de setecentos alunos, chegando a uma média de  
1053 14,5 alunos por professor o que é um número também bastante alto para a área. O conselheiro  
1054 Manoel Maia disse que se manifestava no sentido de, primeiramente, louvar o trabalho do  
1055 conselheiro Ernani na coordenação da comissão que tratou da nova mudança dos centros. Disse

*Ernani*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 21 de 30

1056 que ficava um tanto atônito, pois na realidade o objetivo desta mudança foi racionalizar  
1057 administrativamente a universidade e em segundo, otimizar o cumprimento dos objetivo da  
1058 instituição que são ensino, pesquisa e extensão. Pensava que da forma como estava sendo  
1059 conduzido o assunto, ele também poderia propor a criação de um Centro de Forrageiras, pois  
1060 tinha justificativas de sobra, pela especificidade de seu trabalho com estas plantas. No entanto,  
1061 isto era apenas uma provocação, mas dentro do ponto de vista, que a visão dos conselheiros  
1062 deve ser institucional. Deve-se sair da Universidade e olhá-la de fora e conscientizar-se como  
1063 deve ser a nova UFPel. Disse que respeitava todos os argumentos apresentados até o momento,  
1064 pois eram verdadeiros, porém poderiam não ser válidos pela dimensão da discussão. Disse que  
1065 sua manifestação era provocativa, não para uma decisão naquele momento, mas que deveriam  
1066 fazer uma revisão, uma reflexão muito profunda, como membros de um conselho superior da  
1067 universidade, do que queriam para os rumos desta universidade e depois, então poderiam julgar,  
1068 pois há possibilidade de migrações internas e fazerem rearranjos, mas na pressa de votar,  
1069 poderiam estar criando um monstro e ele não queria fazer parte da criação deste monstro. O  
1070 conselheiro Willian disse que gostaria de complementar a discussão, pois tem estudado os  
1071 índices da UFPel há algum tempo, e deveriam servir de parâmetros para a formação dos  
1072 centros: quando se discute dezoito alunos por professor, na verdade são dezoito matrículas. Isto  
1073 tinha bem claro, pois se imaginassem que um curso de um turno, que são vinte e cinco horas,  
1074 ele necessita obrigatoriamente de dois professores em torno de doze horas. Isso equivale se são  
1075 cinqüenta ingressos, são vinte e cinco alunos por professor. Estes índices são preocupantes para  
1076 alguns centros que têm apresentado propostas, pois na verdade os dezoito alunos informados  
1077 são nove alunos por professor, que para ele ainda é um índice bastante baixo. As Unidades têm  
1078 de tomar muito cuidado no redesenho de suas aglomerações, pois estes índices têm de ser  
1079 elevados. Não é contado matrícula, pois um mesmo aluno pode ter várias matrículas em uma  
1080 mesma Unidade. Só queria deixar bem clara esta observação, pois ela pode estar sendo  
1081 colocada de forma inapropriada. O senhor presidente, para tentar facilitar a conclusão deste  
1082 item, chamou a atenção de todos, dizendo que poderá ser criado um único centro com setores  
1083 nitidamente diferenciados: um que contempla Dança e Música e outro que contempla Cinema e  
1084 Design dentro de um mesmo centro. Nada impedia que, para facilidade do trabalho, estes dois  
1085 setores sejam aparentemente ou estruturalmente separados, mas incluídos dentro do mesmo  
1086 centro. Com isto, acreditava que evitariam a discussão do Centro de Musica, Design e Dança.  
1087 Para adiantar, propôs a votação da proposta original apresentada à presidência da criação do  
1088 Centro de Artes. Se o Conselho achasse por bem negar a proposta partiriam depois para a  
1089 discussão de criação de dois centros. O conselheiro Lauer disse que foi uma das pessoas que  
1090 tentou trabalhar durante muito tempo com a idéia de propor um Único Centro. Não houve  
1091 consenso dentro das Unidades e houve, pelo contrário, uma aprovação, por unanimidade, de  
1092 todos os envolvidos, com exceção dele e do Departamento de Artes e Comunicação, que eram  
1093 favoráveis à criação de um centro único. Isto foi anexado ao processo e faz parte do documento  
1094 apresentado. Aprovar o que já foi superado em uma instância anterior seria votar o que já havia  
1095 sido superado. O senhor presidente propôs finalmente a retirada de pauta do processo e levar a  
1096 discussão a uma reunião com ele, Professores, Diretores e Pró-Reitores, alunos e servidores  
1097 técnico-administrativos, para tentar a união das áreas. Aprovada a sugestão, com três (03) votos  
1098 contrários e cinco (05) abstenções. A conselheira Isabel solicitou fazer o comentário de que  
1099 tinha a aprovação dos dois Conselhos Departamentais. Aconteceu uma discussão com  
1100 professores e alunos. A proposta primeira havia sido encaminhada à comissão em setembro de  
1101 2009 e não tinham recebido resposta. Entendia que já havia sido feita uma discussão bastante  
1102 aprofundada e legítima. O senhor presidente referiu que, apesar da discussão ter sido ampla e  
1103 legítima nos Conselhos Departamentais das Unidades, queria chamar a atenção dos  
1104 conselheiros que o CONSUN não tinha a obrigação de referendar tudo o que os Conselhos  
1105 Departamentais das Unidades trazem às reuniões. Pelo contrário, a função do Conselho é  
1106 examinar as propostas e depois chegar a um denominador comum, ouvidos todos os Diretores e  
1107 representantes dos diferentes segmentos. Portanto, o papel do Conselho Universitário é este e  
1108 não simplesmente homologar as decisões dos Conselhos Departamentais, razão pela qual

*Clau*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 22 de 30

1109 acreditava ter sido bastante prudente e razoável a decisão do Conselho naquele momento de  
1110 retornar o processo às Unidades para nova discussão, o que fariam em seguida. Passou de  
1111 pronto ao **Item 07 - Processo nº 23110.002038/2010-55 – da Secretaria Municipal de Saúde**  
1112 – Solicitação de repasse extra, referente às despesas do Pronto Socorro de Pelotas – Janeiro,  
1113 Fevereiro, Março e Maio/2010. O conselheiro Fernando González relatou que a comissão que  
1114 havia sido composta em reunião anterior do Conselho, se reuniu várias vezes, e trouxe um  
1115 parecer final para o Conselho: na realidade analisaram o assunto sob dois prismas: 1º - o  
1116 convênio propriamente dito, no qual há uma inserção do Hospital Universitário no Sistema de  
1117 Saúde e em contrapartida há uma imposição do Governo Municipal no sentido de que a  
1118 Universidade tem de participar do Pronto Socorro ou Pronto Atendimento e o 2º - a inserção de  
1119 alunos. Pensam que a tarefa da comissão era discutir a inserção do que propriamente a questão  
1120 do convênio. O senhor presidente havia colocado na reunião anterior, que é uma área muito  
1121 difícil de ser administrada por que: ou a Universidade tem seu sistema próprio de urgência e  
1122 emergência ou ela não consegue formar seus alunos da Faculdade de Medicina. Isto constrange  
1123 a que façamos parte desta administração do Pronto Socorro. Pontuando estas duas questões,  
1124 produziram um documento assinado por todos os membros. Produto de vários encontros que  
1125 tiveram. Acreditavam que após algumas reunião conseguiram minimizar a inserção dos alunos  
1126 da UFPel junto ao PS de Pelotas. Leu na íntegra o parecer final: “1º - Considera-se relevante, na  
1127 atual circunstância, que o Conselho Universitário avalie a possibilidade de dirigir manifestação  
1128 ao Ministério da Educação encarecendo medidas urgentes no sentido da efetiva implantação do  
1129 Hospital Universitário da UFPel, contando inclusive com um atendimento de urgência e  
1130 emergência. 2º - Mantendo-se a atual estrutura com participação da UFPel no atendimento de  
1131 urgência e emergência, gerido conjuntamente com a Prefeitura Municipal e a Universidade  
1132 Católica de Pelotas, consideramos fundamental e urgente a constituição de pessoa jurídica que  
1133 empreste existência legal ao Pronto Socorro de Pelotas, possibilitando a aquisição de  
1134 equipamentos e vínculo empregatício entre os servidores e a própria Instituição. 3º - O registro  
1135 de que após a reunião do Conselho Universitário, em que criada a comissão, obtivemos  
1136 informação por parte da Faculdade de Medicina de que está se providenciando a inserção de  
1137 alunos daquela Unidade junto ao atendimento de urgência e emergência do Pronto Socorro de  
1138 Pelotas. 4º - No tocante à suplementação de verba, nos moldes do item 4.2 do convênio, cuja  
1139 cópia consta dos autos do processo, entendem os signatários que o Conselho Universitário só  
1140 poderá deliberar a respeito, após manifestação da Pró-Reitoria Administrativa, que segundo  
1141 consta, teria atribuição para avaliar as prestações de contas correspondentes. 5º - Por derradeiro,  
1142 os membros da comissão consideram indispensável e de absoluta urgência que Vossa  
1143 Magnificência atenda ao item 4.6 do convênio, providência que, segundo nos consta, não teria  
1144 sido adimplida até o momento.” Disse que esta foi uma dificuldade que os membros da  
1145 comissão tiveram, pois após estudar detidamente o convênio, que é um documento longo, e ele  
1146 prevê uma série de providências e uma delas é a formação de uma comissão que estuda a  
1147 inserção do Hospital da FAU; outra é a formação de uma comissão que a Prefeitura organiza e  
1148 cria para todo este convênio e não só o Pronto Socorro. A criação destas comissões deve ser  
1149 iniciativa da Prefeitura e a Universidade teria representantes nas comissões, mas há no item 4.6  
1150 uma obrigação, um compromisso firmado no convênio, de que a UFPel, pelo seu Reitor criaria  
1151 uma comissão ou indicaria um representante da UFPel com o exclusivo propósito de  
1152 estabelecer planos para a inserção de alunos, de acordo com este convênio. Disse que na  
1153 reunião anterior estava presente o ilustre Procurador e este questionou quem seria este fiscal,  
1154 pois deveria ser indicado e a comissão não conseguiu identificar esta figura dentro da  
1155 Universidade e nem a nomeação deste. O senhor presidente respondeu que o fiscal era o Diretor  
1156 da Faculdade de Medicina, Professor Farid Nader, mas que embora fosse um dado importante  
1157 do ponto de vista legal, não era a situação mais grave e sim, como atender a solicitação do  
1158 senhor Prefeito no que se refere aos recursos. Acreditava ser extremamente importante e  
1159 agradecia a manifestação da comissão, que iria facilitar em nível do Ministério da Educação e  
1160 do Ministério da Saúde o encaminhamento dessas questões. Lamentavelmente tinha a  
1161 convicção de que não iriam resolver todos os problemas da saúde de urgência na cidade de

*em*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 23 de 30

1162 Pelotas, que é extremamente complexo em todo o país, mas pelo menos que pudessem  
1163 minimizar os problemas da UFPel no que se refere à Faculdade de Medicina e Enfermagem na  
1164 área da Saúde com o Pronto Socorro será um grande avanço. Disse que preparou um texto  
1165 solicitando à Direção da Faculdade de Medicina, em atenção à própria manifestação da  
1166 comissão, e ao item 4.6 do Plano Operativo Anual, firmado entre a UFPel e a Prefeitura,  
1167 solicitando a indicação de três docentes que estudem a elaboração e implantação de rotinas e  
1168 protocolos que visem a inserção acadêmica no Sistema de Urgência e Emergência do Município  
1169 de forma igualitária de alunos da UCPel e UFPel, pois é isto que consta no item 4.6 do Plano  
1170 Operativo. Disse que isto ajuda muito, se for feito, mas deixava claro que não bastava apenas  
1171 isto. Sugeriu ao Conselho que aprovasse a indicação de três técnicos do Hospital Escola para o  
1172 exame de prestação de contas no prazo máximo de trinta dias, da prestação de contas do Pronto  
1173 Socorro. Logicamente deveriam pedir permissão à Universidade Católica e à Prefeitura para  
1174 que permitam que esta prestação de contas fosse observada pelo Conselho. Mais do que isto,  
1175 disse que se atrevera solicitar ao conselho que encaminhasse ao Ministro da Saúde a formação  
1176 de uma comissão oriunda do Ministério da Saúde para examinar estas questões de gastos no  
1177 Pronto Socorro, pois os conselheiros não teriam condições de analisar estas prestações de  
1178 contas, sem estar vivenciando vinte e quatro horas no Pronto Socorro para saber se o que está  
1179 ali sendo gasto é adequado ou não. Disse que na tratativa do acordo tríplice entre UCPel, UFPel  
1180 e Prefeitura, havia solicitado isto ao senhor Prefeito, pois o CONSUN tem de homologar a  
1181 prestação de contas sem ter entendimento. Solicitou ao Conselho que agregasse às  
1182 manifestações da comissão, o pedido de uma visita técnica do Ministério da Saúde a Pelotas,  
1183 para avaliação específica dos gastos com urgência e emergência para que possamos  
1184 adequadamente pagar estas contas que a UFPel não tem nenhuma alternativa a não ser pagá-las.  
1185 Queria deixar claro que para que sejam honradas estas despesas, a Administração teria que  
1186 retirar de nossas Unidades Acadêmicas algum recurso para pagar à Prefeitura o atendimento de  
1187 Urgência e Emergência da cidade. Não teríamos alternativa, uma vez que o orçamento é  
1188 definido no início do ano e no que nós recebemos, não existe suplementação do Ministério da  
1189 Educação para as ações de urgência e emergência, portanto deixava claro que, para que o  
1190 Conselho aprovasse este pagamento, teremos que retirar necessariamente de nossas Unidades  
1191 Acadêmicas. Propôs que além deste trabalho extremamente importante feito pela comissão,  
1192 fosse aprovado o encaminhado ao Ministro da Saúde, solicitando uma comissão técnica do  
1193 Ministério da Saúde para avaliação dos gastos do Pronto Socorro, para que a Universidade  
1194 possa honrar este compromisso. O conselheiro González se manifestou explicando que, após  
1195 estudar o convênio, na medida em que estabelece estes repasses de R\$ 150.000,00 por mês após  
1196 a metade do ano, não reclama nenhum tipo de aprovação do Conselho Universitário, mas  
1197 quando trata desta suplementação de 15% sobre os R\$ 150.000,00 e aí mediante a aprovação do  
1198 Conselho Universitário. Disse que não entendeu porque a solicitação de aprovação de  
1199 pagamento suplementar, por parte do CONSUN, se este não participou da discussão original. O  
1200 senhor presidente respondeu dizendo que as razões pelas quais ele e o Procurador da  
1201 Universidade conseguiram incluir este pequeno pedaço na frase do convênio, caso contrário a  
1202 Administração teria que pagar, sem passar pelo Conselho. Esta foi a única maneira que  
1203 encontrou juntamente com o Procurador, para travar este pagamento, pois não teriam recursos  
1204 para fazê-lo. Foi o único artifício que encontraram, caso contrário, teriam que retirar verbas das  
1205 Unidades Acadêmicas para suplementar a Prefeitura, o que ele achava absurdo. O conselheiro  
1206 Farid Nader disse que não queria entrar na parte administrativa e nem questionar se era fiscal  
1207 ou não, mas disse que tomou a liberdade, tão logo houve a reunião do Conselho Universitário,  
1208 de chamar o Coordenador do Colegiado de Curso, mais os representantes de todas as  
1209 preceptorias, fizeram reunião retirando documento escrito e já há uma inserção e uma boa  
1210 vontade bilateral para que os alunos da Pós-Graduação façam estágio no PS, o que já está  
1211 ocorrendo com o Departamento de Cirurgia e o Departamento de Clínica. Obviamente que o  
1212 Departamento de Pediatria não tem alunos para enviar, pois a Faculdade está sem residentes e  
1213 as outras áreas estão estudando a inserção. O conselheiro João Adamoli perguntou se primeiro  
1214 iriam aprovar o relatório da comissão, para depois aprovar ou não a suplementação. O senhor

*Caru*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 24 de 30

1215 presidente respondeu que a proposta era dar prosseguimento às considerações feitas pela  
1216 comissão e enquanto isto não ocorre, com a manifestação da Pró-Reitoria Administrativa e do  
1217 Planejamento, então é que o Conselho teria condições de avaliar se teríamos condições de fazer  
1218 o pagamento ou não da suplementação. Portanto, a proposta da comissão, que seria colocada  
1219 em votação, se fosse aprovada é que sejam aguardadas as manifestações das duas Pró-Reitorias  
1220 para ver se temos recursos para fazer o pagamento, porém, disse que gostaria que fosse  
1221 agregado a isto o pedido de encaminhamento ao Ministério da Saúde para indicação de uma  
1222 comissão oriunda do Ministério para avaliar os gastos com urgência e emergência. O  
1223 conselheiro Gonzáles perguntou se não poderiam designar a comissão ou a formalização da  
1224 indicação do Professor Farid como fiscal do convênio. O senhor presidente leu a Portaria 1117,  
1225 de junho de 2010, que designa o nome do Professor Farid Butros Iunan Nader, como fiscal do  
1226 convênio. Sugeriu, em função das grandes atribuições do Diretor, que o fiscal fosse alguém da  
1227 área técnica do Hospital e se ele permitisse, sugerisse um nome e o Reitor substituiria na  
1228 Portaria. O conselheiro Farid respondeu que necessitava de tempo para pensar. Nesse momento  
1229 o senhor presidente colocou em votação o relatório apresentado pela comissão, que foi  
1230 aprovado por unanimidade. **Item 08 – Processo nº 23110.004853/2010-59** – Proposta de  
1231 concessão de títulos honoríficos. Processo retirado de pauta, por solicitação da presidência.  
1232 **Item 09** – Eleição das Comissões Permanentes do CONSUN (Comissão de Legislação e  
1233 Normas – CLN e Comissão de Administração e Finanças – CAF). Foi solicitada sugestão de  
1234 nomes para comporem a Comissão de Administração e Finanças, que na reunião anterior não  
1235 ficara definida. Foram indicados os nomes da Servidora Maria Tereza Tavares Fuji, Acadêmico  
1236 Toni de Siqueira Sachi e Professor Williiian Silva Barros. Aprovada por unanimidade. **Item 10**  
1237 – Reapreciação do **Processo nº 23110.002928/2007-61** que trata do reposicionamento dos  
1238 servidores aposentados e pensionistas no enquadramento do Plano de Carreira dos Cargos  
1239 Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE. A conselheira Tereza Fuji solicitou que o  
1240 processo aguardasse manifestação do Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão.  
1241 Aprovada por unanimidade. Sem mais manifestações, o senhor presidente suspendeu a reunião  
1242 às dezesseis horas e trinta minutos, para ter prosseguimento no dia oito de setembro, quando o  
1243 conselheiro Ledemar Vahl traria o processo referente ao assunto de doação de Gleba da  
1244 Fazenda da Palma, ao qual havia pedido vistas na primeira reunião. **Aos oito dias do mês de**  
1245 **setembro do ano de dois mil e dez**, com início às quatorze horas e trinta minutos, na Sala do  
1246 Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do  
1247 Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida  
1248 pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a participação dos  
1249 seguintes conselheiros: **Manoel Luiz Brenner de Moraes**, Vice-Reitor; **Elio Paulo Zonta**,  
1250 Pró-Reitor Administrativo; **Tânia Bachilli**, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento;  
1251 **Eliana Povoas Pereira Estrela Brito**, Pró-Reitora de Graduação; **Márcio Nunes Corrêa**, no  
1252 exercício da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, Pró-  
1253 Reitor de Extensão e Cultura; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia  
1254 Eliseu Maciel; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Alexandre**  
1255 **Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do  
1256 Conservatório de Música; **Mário Carlos Araújo Meirelles**, Diretor da Faculdade de  
1257 Veterinária; **Tânia Elisa Morales Garcia**, Diretora da Faculdade de Administração e Turismo;  
1258 **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **José Francisco Gomes**  
1259 **Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Mauro Augusto Burkert Del Pino**,  
1260 Diretor da Faculdade de Educação; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Instituto de Artes e  
1261 Design; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Beatriz Ana Lonner**, no  
1262 exercício da Direção do Instituto de Ciências Humanas; **Gil Carlos Rodrigues Medeiros**,  
1263 Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do  
1264 Instituto de Química e Geociências; **João Francisco Nascimento Hobuss**, no exercício da  
1265 Direção do Instituto de Sociologia e Política; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da  
1266 Faculdade de Meteorologia; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem  
1267 e Obstetrícia; **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Antonio**

*Assinatura*





1268 **César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia**  
1269 **Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Luis Isaias Centeno Amaral**,  
1270 no exercício da Direção da Faculdade de Letras; **Nei Fernandes Lopes**, representante dos  
1271 Professores Titulares; **Dario Munt de Moraes**, representante dos Professores Associados; **Luiz**  
1272 **Fernando Gonçalves Van Der Laan**, representante dos Professores Adjuntos; **William Silva**  
1273 **Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Raquel Santos Schwonke**, representante dos  
1274 Professores Assistentes; **Clarice Franco de Souza**, representante dos Professores Auxiliares;  
1275 **José Fernando González**, representante dos Professores Auxiliares; **Eder João Lenardão**,  
1276 representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Tiago Veiras Collares**,  
1277 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Vanda Maria da Rosa Jardim**,  
1278 representante do COCEPE; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante do COCEPE; **Ana**  
1279 **Carolina Issler Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Francis Radael Tatto**  
1280 **(suplente)**, **Guilherme Emanuel Weiss Pinheiro**, **Jonas Rodeghiero Leonardo Prado**  
1281 **Kantorski**, **Tony de Siqueira Sachi**, representantes discentes; **Ângela Catarina Medeiros**  
1282 **Ferreira**, **Edimar Gonçalves Ribeiro**, **Gilmara Anderson Timm**, **João Alberto dos Santos**  
1283 **Pedroso (suplente)**, **Francisco Antunes Fossati**, **Maria Tereza Tavares Fuji**, **Rosane**  
1284 **Brandão**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros:  
1285 **Orlando Antonio Lucca Filho**, representante dos Professores Associados; **José Carlos**  
1286 **Fachinel**, representante dos Professores Titulares; **Francisco José Pereira Tavares**,  
1287 representante dos Professores Assistentes; **Rogério Costa Würdig**, representante dos  
1288 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Claudio Kroeff**, representante Comunitário;  
1289 **Margarete Brum de Armas**, representante Comunitária e **Horacy Fagundes da Rosa Júnior**,  
1290 representante discente. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente, Professor  
1291 Antonio Cesar Borges, iniciou a reunião passando a palavra ao conselheiro Ledemar Vahl para  
1292 relatar o parecer exarado sobre o processo nº 23110.005955/2010-91. Este leu o parecer na  
1293 íntegra: “Senhor presidente do CONSUN. Embora a devolução da gleba para a União já tenha  
1294 sido aprovada pelo CONDIR e o assunto trazido ao CONSUN apenas por medida de cautela, é  
1295 necessário e oportuno esclarecer ao Conselho alguns aspectos de natureza técnica que dizem  
1296 respeito ao uso do Centro Agropecuário da Palma (CAP) como estação experimental pela  
1297 Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. É necessário, porque no processo é citado o pouco uso  
1298 do CAAP para o fim a que se destina, o que é grifado na fala do Magnífico Reitor, presidente  
1299 deste Conselho, ao afirmar que a FAEM nada faz no CAP. É oportuno para que em eventos  
1300 futuros todos estejam melhor informados do que é o CAP e qual a participação real da FAEM  
1301 na execução da sua atividade fim. Em função disse, cabe-nos esclarecer resumidamente o que  
1302 segue: A forte atuação em pesquisa é inerente a qualquer instituição de ensino agrícola superior.  
1303 A pesquisa científica é feita em vários níveis, do “tubo de ensaio” nos laboratórios à  
1304 experimentação de campo. Experimentos de campo podem ser considerados como pequenas  
1305 lavouras nas quais são testadas alternativas idealizadas para solucionar problemas técnicos  
1306 enfrentados pelos produtores ou simplesmente para testar hipóteses de problemas puramente  
1307 científicos. Após muitos testes são elaboradas tecnologias que são difundidas entre os  
1308 produtores rurais. Um local organizado para a realização de experimentos de campo é uma  
1309 estação experimental. Todas as principais Escolas, Faculdades ou Cursos de Agronomia do  
1310 Brasil tem em sua estrutura Estações Experimentais. A FAEM conta com o CAP, cuja  
1311 administração é vinculada diretamente ao Gabinete do Reitor da UFPel desde 1983. O CAP  
1312 tem, em números redondos, uma área total de 116º há, cortada no sentido norte-sul pela BR  
1313 116. Cerca de 560 há são constituídos de campos de várzea, no lado leste da BR 116. Nesta área  
1314 estão localizados os 500 há que constituem o assentamento. A parte que fica no lado oeste da  
1315 BR é constituída predominantemente de terras altas. Desta parte oeste, 60 % é ocupada com um  
1316 complexo de espécies de reflorestamento com matas de eucalipto, pinus, araucária e outras,  
1317 entremeadas com áreas de vegetação nativa, mas usadas para o mesmo fim (reflorestamento).  
1318 Sobram, portanto, 60 há de área de várzea no lado leste e 240 há de terras altas no lado oeste da  
1319 BR, que são ocupadas em parte com a mata nativa, açudes, banhados nas partes mais baixas,  
1320 pastagem para o gado bovino, área de produção de milho para silagem e área experimental.

*Cew*



1321 Logo, a área que sobra para uso efetivo não é tão grande quanto se imagina, menos de 200 há  
1322 para pastagens e cultivos agrícolas. Docentes de cinco áreas de conhecimento da FAEM fazem  
1323 uso contínuo do CAP em experimentação: Fruticultura, Fitomelhoramento, Solos, Controle de  
1324 Plantas Daninhas e Manejo de Pastagens. Toda a experimentação feita por estas áreas é  
1325 custeada com recursos de órgãos de financiamento à pesquisa, como CNPq e FAPERGS, entre  
1326 outros, ou dos PROAPs dos Programas de Pós-Graduação aos quais pertencem as áreas . Os  
1327 experimentos conduzidos nestas áreas são, em sua maioria, parte dos projetos de teses e  
1328 dissertações dos alunos dos Programas de Pós-Graduação, com a participação de um número  
1329 considerável de estudantes de graduação dos cursos de Agronomia, Engenharia Agrícola e  
1330 Zootecnia, que atuam como estagiários ou bolsistas de iniciação científica. A Fruticultura ocupa  
1331 uma área de aproximadamente 5° há desde mais de 40 anos, onde mantém, além de um pomar  
1332 didático, vários experimentos com pêssego, figo, caqui, goiaba, maçã, pêra, uva, kiwi, citrus e  
1333 várias espécies de frutas nativas em processo de domesticação. É tipicamente dedicada à  
1334 agricultura familiar, como é a fruticultura da região. Na área de Fitomelhoramento, são testadas  
1335 a campo novas cultivares de trigo, arroz e aveia. Nos últimos oito anos foram lançadas cinco  
1336 novas cultivares de aveia resultantes do programa de melhoramento genético desta cultura,  
1337 desenvolvido na FAEM (*Albasul, Barbarasul, Brisasul, Carlasul e Khiasul*). A área ocupa  
1338 aproximadamente oito ha e é necessariamente itinerante (de tempos em tempos muda de lugar).  
1339 Na área de Solos têm sido estudados sistemas de cultivo, adubação e aproveitamento de  
1340 resíduos industriais como corretivos de solo, em área de várzea e de terras altas. Parte das  
1341 recomendações de adubação e calagem para as culturas feitas pelos órgãos oficiais do Rio  
1342 Grande do Sul e Santa Catarina é oriunda de pesquisa realizada no CAP em anos recentes. Na  
1343 área de Controle de Plantas Daninhas há experimentos contínuos, desde 1994, com culturas  
1344 anuais como soja, milho, arroz e aveia com foco no manejo da lavoura e controle de plantas  
1345 invasoras. Destes, resultam recomendações de uso de defensivos que constam dos manuais de  
1346 recomendação destes produtos. Na área de pastagens, os experimentos executados pela equipe  
1347 do Departamento de Zootecnia são focados no manejo e adubação de pastagens nativas em  
1348 várzeas e testes de novas plantas forrageiras nas áreas de terras altas, como o amendoim  
1349 forrageiro. Têm sido assuntos de várias teses de doutorado e dissertações de mestrado. Além da  
1350 pesquisa, o CAP é muito utilizado em aulas práticas de disciplinas tanto de graduação como de  
1351 pós-graduação. Logo, o CAP é intensamente utilizado em atividades de pesquisa por  
1352 professores e alunos da FAEM, apesar das dificuldades operacionais para tal, ao contrário do  
1353 que tem sido dado a entender. Ressalta-se, entretanto, que o CAP pode ser usado ainda com  
1354 mais intensidade pelos corpos docente e discente da FAEM, tanto na pesquisa quanto no  
1355 ensino, desde que a estrutura funcional facilite o uso. Pela natureza da atividade, os  
1356 experimentos com culturas anuais, dependendo da área de estudo, não podem ser executados  
1357 continuamente na mesma área, a não ser aqueles que são planejados justamente para avaliar o  
1358 desempenho do sistema de cultivo em longo prazo na mesma área. Para muitos estudos é  
1359 necessária área nativa ou que não tenha sido utilizada com agricultura por tempo suficiente para  
1360 que as características do solo sejam pelo menos próximas das que o solo teria em área nativa.  
1361 Por isso, numa estação experimental, são necessárias áreas de terra em estado natural, com  
1362 vegetação espontânea que às vistas de leigos parecem em desuso, ou subutilizadas. Mas, não  
1363 são. Isto é estritamente necessário. Em consequência, os parâmetros utilizados na avaliação do  
1364 uso de propriedades comerciais não são aplicáveis a uma propriedade usada como estação  
1365 experimental. O produto de uma estação experimental é conhecimento científico e não produto  
1366 comercial advindo da atividade agropastoril. Concluindo, não há terra em desuso no CAP. Ao  
1367 contrário, estão escassas áreas para novos projetos de pesquisa. E nunca houve, nem em 1992,  
1368 quando foi aprovado pela UFPel o projeto de assentamento, e um dos argumentos, embora de  
1369 menor importância, foi o pouco uso da área. Este argumento é um equívoco.”  
1370 Sem mais manifestações, o senhor presidente colocou o assunto em votação, tendo sido  
1371 aprovado com trinta e cinco (35) votos favoráveis, seis (06) contrários e três (03) abstenções. O  
1372 conselheiro González solicitou fazer sua declaração de voto: “Requeiro que conste da ata que  
1373 meu voto, contrário à proposta de “reversão”, para a União Federal, da área conhecida como

Reu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 27 de 30

1374 Fazenda da Palma, teve base em dois fundamentos: - em primeiro lugar, conforme publicado na  
1375 imprensa, o Tribunal Regional Federal da 4º Região, julgando Ação Popular, determinou fosse  
1376 a área ocupada da Fazenda da Palma, pertencente à Universidade, restituída pelos posseiros à  
1377 Instituição. Segundo relatou o Procurador da Universidade na reunião anterior deste Conselho,  
1378 o TRF4 entendeu pela invalidade do comodato firmado entre a UFPel e os posseiros (ou o  
1379 Movimento de Trabalhadores sem Terra) muitos anos atrás; ainda segundo o relato do doutor  
1380 Procurador, o processo encontra-se em fase de execução de sentença na Justiça Federal de Rio  
1381 Grande. A proposta - que acaba de ser aprovada pela maioria dos meus colegas Conselheiros –  
1382 autoriza seja instituído desde logo um outro título, denominado “reversão”, pelo qual a UFPel  
1383 “abre mão” daquela mesma área, agora em favor da União, em troca de recursos que seriam  
1384 aplicados no campus da Universidade. Entendo, com o respeito devido aos colegas que  
1385 aprovaram a proposta, que a área ocupada da Fazenda da Palma está sob litígio em processo  
1386 judicial, já em fase de execução de sentença; e se é assim, penso que a Universidade não pode  
1387 instituir – neste momento pelo menos- um outro título em substituição àquele declarado  
1388 inválido pela decisão judicial transitada em julgado. Necessário atentar, segundo penso para  
1389 quem seja o sujeito passivo na Ação Popular (art.6º, da Lei Federal nº 4717/65), promovida que  
1390 é não pela Universidade, mas pela cidadania: não contra “os posseiros”, com o propósito de  
1391 obter reintegração da área ao patrimônio público, mas sim – e especialmente – contra a própria  
1392 Universidade enquanto signatária do comodato; e penso, modestamente, que não pode a parte ré  
1393 modificar, no curso da ação, a natureza do título objeto da impugnação; e menos ainda em fase  
1394 de execução de sentença, afrontando a coisa julgada. Assim, a primeira razão do meu voto  
1395 contrário à proposta é “de direito”, pois – mais uma vez com a manifestação do meu respeito  
1396 aos Colegas que votaram favoravelmente – a Universidade não pode dispor da área neste  
1397 momento. A segunda razão para meu voto contrário à proposta é “de fato”, nos termos do que  
1398 disse ao início desta reunião o ilustre Diretor da Faculdade de Agronomia. A meu sentir, a  
1399 manifestação da Faculdade de Agronomia deveria balizar qualquer decisão deste Conselho  
1400 acerca da proposta, pois indiscutível a capacitação daquela Unidade para emitir parecer técnico  
1401 a respeito do assunto. E foi dito aqui pelo ilustre Diretor da Faculdade de Agronomia – depois  
1402 de obter vista do processo na reunião anterior – que a parte ocupada Fazenda da palma, em que  
1403 pese representar aproximadamente metade da área total do imóvel, assenta-se sobre as terras  
1404 mais valiosas e produtivas, tais como várzeas aguadas; que especialmente pelos recursos  
1405 hídricos a área remanescente – e que permaneceria com a Universidade- tem a sua utilização  
1406 significativamente comprometida. De outra parte, como também foi objeto de discussão nesta  
1407 reunião, o repasse proposto pela União estaria muito aquém do valor da propriedade. São essas  
1408 as considerações, que requeiro, constem em ata.” O conselheiro Nei Lopes fez sua declaração  
1409 de voto, dizendo que saía da reunião tremendamente entristecido e com uma mágoa profunda,  
1410 pois a área que estavam repassando para o INCRA, não era uma área deste órgão e nem da  
1411 UFPel e sim da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. É uma área onde ele, como estudante,  
1412 teve várias aulas. Atualmente as edificações estão em ruínas não por culpa da Faculdade de  
1413 Agronomia e sim da UFPel, que recebeu a área gratuitamente, sendo que esta não é da UFPel e  
1414 sim da FAEM. Não sabia quem havia entrado com o caso na justiça, mas este cidadão deve ser  
1415 uma pessoa que ama a cidade de Pelotas e que ama a Faculdade de Agronomia. Não se  
1416 conformava em entregar a área pelo preço que havia sido sugerido, pois qualquer pessoa deve  
1417 pagar mais de quarenta mil pelo hectare e estamos entregando a área por menos de cinco  
1418 milhões, para construir um Centro de Treinamento. Atualmente é mais barato, mais fácil e mais  
1419 adequado levar nossos professores administrando aulas em Cooperativas e outros lugares onde  
1420 a despesa é menor do que trazer sessenta ou oitenta pessoas para receber treinamento aqui.  
1421 Esperava que quem entrou com a ação continuasse com a mesma, pois este é um cidadão que  
1422 realmente ama Pelotas e a nossa querida Faculdade de Agronomia. O conselheiro Antonio  
1423 César Baptista declarou seu voto por abstenção, dizendo que em função das discussões  
1424 colocadas a respeito do uso atual e futuro, pois era muito difícil ponderar o real uso que era  
1425 dado ou que dariam à área. O outro motivo foi que o INCRA, na segunda conversa com a  
1426 Universidade, condicionou a construção do Centro de Treinamento em função da reversão da

*Caru*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 28 de 30

1427 área, o que não estava vinculado no primeiro momento quando a Universidade aceitou a  
1428 construção deste Centro de Treinamento. O outro ponto que pesou foram as discussões de  
1429 ordem jurídica, pois a universidade poderia perder o uso da área por não der dado o uso  
1430 destinado. Em função deste conflito e por não ter vivenciado mais de perto estas questões, e não  
1431 ter chegado a uma conclusão em relação ao uso, optou pela abstenção. O conselheiro Jonas  
1432 Rodeghiero disse que, ao contrário do conselheiro Nei Lopes, ficava muito feliz de ver que a  
1433 Universidade onde estudou dois cursos tomava um caráter cada vez mais popular e aprovou a  
1434 desafetação desta área. Disse que tinha certeza de que o Assentamento continuava de portas  
1435 abertas a todo tipo de pesquisa e beneficiamento de qualquer projeto de extensão de professor  
1436 da Agronomia, Biologia, Ciências Sociais ou da Faculdade de Educação queira desenvolver no  
1437 Assentamento. Ao contrário dos que ficaram tristes, acreditava que esta era uma grande  
1438 conquista para as famílias que estão na terra tirando dela seu sustento o valor que foi designado  
1439 para cada hectare não equivale ao valor de uso que tem para cada família. O valor de troca é um  
1440 mero detalhe. O conselheiro Nei Lopes retomou a palavra, por ter sido citado, e disse que  
1441 gostaria de manifestar que cada vez mais chegava à conclusão que a juventude manifesta suas  
1442 opiniões, e estas devem ser respeitadas, mas ele acreditava que estas não podiam ultrapassar a  
1443 experiência. Não sabia que curso o aluno estudava nem há quantos anos estava na UFPel, mas  
1444 disse que há quarenta e cinco anos era formado e professor da Universidade e não conseguia  
1445 achar este ato normal. Estava descontente, e muito, pois não esperava que no final de sua  
1446 carreira profissional tivesse que ouvir que iriam retirar um próprio de um lugar onde se formou,  
1447 para alguém que nunca produziu nada. Perguntou ao representante discente o que os assentados  
1448 produziram na área. Disse que a única vez em que houve alguma produção na área foi quando  
1449 esta foi arrendada por pessoas de fora. A Universidade perdeu uma propriedade que vale um  
1450 dinheiro bastante elevado por diletantismo ideológico de uma ideologia falida no mundo  
1451 inteiro. Gostaria que alguém apontasse onde o socialismo deu certo. O regime mais correto que  
1452 existe é a Democracia, não que o capitalismo seja bom, mas ele sustenta a Democracia, porque  
1453 é onde ele consegue sobreviver. Não se atrelava a ideologias de esquerda ou direita, pois todas  
1454 elas fracassaram. Frisou que não se conformava com isto e lembrou que respondeu desta forma,  
1455 por que havia sido citado pelo conselheiro representante discente e tinha o direito de se  
1456 defender. Imediatamente o senhor presidente passou ao **Item 08 – Processo nº**  
1457 **23110.004853/2010-59** – Proposta de concessão de títulos honoríficos. O senhor presidente  
1458 explicou que o relator, conselheiro Fabio Cerqueira, Diretor do Instituto de Ciências Humanas,  
1459 teve o término de seu mandato e a Administração nomeou como Diretor Pró-Tempore o  
1460 Professor eleito pelo Instituto, Sidney Vieira, que estava ausente de Pelotas, por motivo de  
1461 compromissos na Universidade de São Paulo. Em seu lugar estava a Professora Beatriz Ana  
1462 Loner, por ser a docente mais antiga da carreira do magistério no Conselho Departamental da  
1463 Unidade. Fez referência ao número relativamente grande de propostas encaminhadas por  
1464 servidores da Universidade que, no ano de comemoração do aniversário da Instituição,  
1465 especificamente nesta data, gostariam de homenagear pessoas especiais, mas estas solicitações  
1466 deveriam ser analisadas com mais detalhe pela comissão eleita pelo Conselho. Entretanto  
1467 existem quatro personalidades, que queria pedir licença ao Conselho para que fossem  
1468 examinados naquela reunião, pelo fato de que estas pessoas fazem parte do Governo e logo  
1469 estariam fora deste, inclusive um deles está fora do país, atuando na Embaixada de Cuba,  
1470 apresentar estas pessoas que foram muito fundamentais ao longo de cinco anos, para a liberação  
1471 de recursos para a UFPel e também entendendo que foi fundamental para todas as Unidades  
1472 Acadêmicas o Programa REUNI, assim também como outros projetos da Universidade. Temos,  
1473 ao longo do tempo, concedido distinções honoríficas para muitas personalidades da  
1474 Universidade e de fora dela e para a Administração pareceu justo que isto fosse feito agora. A  
1475 comissão do Conselho Universitário, e até que se proceda a composição adequada deste grupo  
1476 de docentes que possam analisar com maior detalhe todas estas propostas, pediu ao Conselho  
1477 que analisassem naquela reunião quatro proposições que não pertencem à UFPel e poderiam ser  
1478 objeto de análises naquele momento. Distribuiu os currículos de todos os quatro homenageados,  
1479 aos conselheiros e concedeu um intervalo de dez minutos para que estes pudessem analisar o

*Assinatura*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 29 de 30

1480 material distribuído, contendo os currículos das pessoas escolhidas pela Administração para  
1481 serem agraciados com os títulos honoríficos. Esgotado o tempo determinado, o senhor  
1482 presidente deu prosseguimento à reunião, solicitando a análise das proposições de concessão de  
1483 títulos, conforme artigo 337, item I do Regimento Geral da UFPel que diz o seguinte: “*Haverá*  
1484 *os seguintes títulos e dignidades universitárias: I- Doutor “Honoris Causa”, destinado a*  
1485 *personalidades que se hajam distinguido pelos relevantes serviços prestados a causa da*  
1486 *educação e dos princípios fundamentais da nacionalidade...*”. Apresentou os nomes das  
1487 pessoas a serem homenageadas: Ministro Fernando Hadad (Doutor Honoris Causa). Salientou  
1488 que ao longo do período em que o Ministro Hadad estava dirigindo a pasta da Educação, houve  
1489 grandes melhorias no ensino de uma forma geral e não apenas na educação superior, que todos  
1490 sabem, ao longo de muitas décadas, os dirigentes haviam lutado por recursos nas universidades  
1491 e jamais conseguiam. É óbvio que o que se obteve na UFPel, permitindo triplicar o patrimônio  
1492 existente e, mais do que isto, teve um número significativo de docentes e técnicos  
1493 administrativos distribuídos em todas as nossas Unidades, teve muito da análise e da  
1494 participação do Ministro e também do Secretário Executivo do Ministério, Doutor Henrique  
1495 Paim. Sem a ajuda dos dois e de suas equipes dificilmente os nossos projetos teriam aprovação  
1496 quase que unânime em todos os valores solicitados, uma vez que apresentamos todas as  
1497 justificativas e tudo foi aprovado, não por uma questão de simpatia ou de ordem política, mas  
1498 muito mais pelo fato de termos mostrado adequadamente tudo o que necessitávamos e o que  
1499 iríamos projetar no futuro. A universidade atualmente praticamente tem duplicado o seu  
1500 número de alunos de graduação além de uma expansão significativa do número de alunos de  
1501 pós-graduação e, sobretudo, de educação a distância. Mais do que isto, temos tido o  
1502 reconhecimento por parte não só do MEC, mas também de outras instituições de ensino pela  
1503 melhoria na qualidade de vários cursos de pós-graduação. Isto tudo repercutiu de maneira  
1504 favorável no Governo Federal, motivo pelo qual temos atualmente mais recursos e certamente  
1505 teremos em um futuro muito próximo. Queria fazer também breve referência ao fato de que  
1506 desde o ano de 1993, quando o presidente da República era o senhor Itamar Franco, obtivemos  
1507 um fato inédito que foi a atribuição de uma Universidade Federal dirigir o lado brasileiro de um  
1508 tratado binacional, tratado internacional entre dois países. Portanto, o Tratado Brasil/Uruguai da  
1509 Lagoa Mirim é atribuição da UFPel. Cabe a todos nós este trabalho, que é claro que se faz junto  
1510 com o Ministério de Relações Exteriores e hoje Ministério da Integração Nacional. A nossa  
1511 presença na fronteira atualmente é marcante, não só por ter contribuído na criação da  
1512 UNIPAMPA, juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria, mas, sobretudo, por ter  
1513 colocado na fronteira outros projetos, não apenas de graduação, mas também a participação de  
1514 nossos alunos de pós-graduação, sendo uma iniciativa pioneira o Curso de Mestrado em  
1515 Desenvolvimento Regional, onde a Faculdade de Arquitetura terá um papel preponderante na  
1516 fronteira Brasil/Uruguai, e também a possibilidade de um espaço nobre com nosso Núcleo de  
1517 Estudos Fronteiriços na Cidade de Livramento, para nossos alunos dos Cursos de Relações  
1518 Internacionais. Todos nós estamos convictos que não só as áreas tecnológicas, como sobretudo  
1519 as áreas de conhecimento, principalmente a área da Cultura, área de Artes e área de Ciências  
1520 Humanas, necessitarão mais aporte de recursos e maior cuidado, sobretudo na área da fronteira,  
1521 que será fundamental para o desenvolvimento do MERCOSUL. Assim como a Universidade de  
1522 Rio Grande está trabalhando intensamente na área Tecnológica, em função do Pólo Naval, a  
1523 Administração achou que era importante, e isto foi reconhecido pelo Ministério da Educação e  
1524 pelo senhor Ministro que nós trabalhássemos a parte de Integração Regional voltada para o  
1525 MERCOSUL. Portanto, queria fazer estas breves referências com relação à atuação da  
1526 Universidade, que sem dúvida alguma teve o apoio decisivo, na época, do Ministro Tarso  
1527 Genro e atualmente, com mais intensidade, do Ministro Fernando Hadad. Do ponto de vista  
1528 social é fundamental que se diga que a nossa atuação junto ao Campus Porto e junto ao Ex-  
1529 Frigorífico Anglo que trouxe para aquela região, ao longo deste tempo, a instalação de famílias  
1530 pobres ao redor do nosso novo campus e da Reitoria, os projetos vinculados ao Ministério da  
1531 Justiça, que já estão em andamento, tiveram o apoio decisivo do chefe de Gabinete do Ministro  
1532 na época, hoje Secretário Executivo do Programa Nacional de Segurança Pública, Ronaldo

*Caro*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2010 – FLS. 30 de 30

1533 Teixeira da Silva. Estas considerações todas o levaram a propor, em nome da Administração a  
1534 concessão da Medalha do Mérito Universitário, ao Secretário Executivo do PRONASCI do  
1535 Ministério da Justiça, Ronaldo Teixeira da Silva; Embaixador Regis Arslanian do MERCOSUL  
1536 e também representante do Brasil junto à ALADI; Embaixador José Eduardo Felício,  
1537 embaixador do Brasil no Uruguai, que está deixando Montevidéu para ser embaixador em Cuba  
1538 e o Secretário Executivo do Ministério da Educação, Henrique Paim Fernandes, que é a pessoa  
1539 chave, não apenas na liberação dos recursos, mas no encaminhamento de todas as questões  
1540 práticas das nossas universidades e educação em geral. É claro que o Ministro faz o papel do  
1541 interlocutor junto à Presidência da República e também desenvolvendo todas as políticas de  
1542 educação superior e de educação em geral. A proposta da Administração, em resumo, é esta da  
1543 concessão da Medalha do Mérito Universitário conforme autoriza o Regimento que diz: “V-  
1544 *Medalha do Mérito Universitário, destinada a premiar quantos, dentro ou fora da*  
1545 *Universidade, se tenham salientado por relevantes serviços prestados à instituição ou aos*  
1546 *órgãos de que se originou;”*. Sem manifestações, colocou em regime de votação,  
1547 primeiramente a proposta do nome do Ministro Fernando Hadad, para receber o título de  
1548 Doutor Honoris Causa, que foi aprovado por unanimidade. A seguir, colocou em regime de  
1549 votação em bloco a concessão da Medalha do Mérito Universitário aos quatro nomes citados  
1550 que foi aprovada com duas abstenções. A seguir, referiu que o mandato dos representantes  
1551 docentes junto ao CONDIR, que terão seus mandatos vencendo em vinte e oito de setembro do  
1552 corrente ano. Face à necessidade de eleger novos representantes ou manter os atuais, propôs  
1553 para evitar a convocação de nova reunião, que fossem eleitos novos representantes na presente  
1554 reunião. Com a aprovação dos conselheiros, propôs a manutenção dos atuais representantes,  
1555 pelo seu trabalho apresentado, Paulo Elio Zonta, Luiz Ernani Gonçalves Ávila, excetuando o  
1556 Professor Carlos Alberto, que não poderia ser mantido, por pertencer ao CAVG, e sugeriu o  
1557 nome do Professor Dario Munt de Moraes, para substituí-lo. Colocada em votação, a proposta  
1558 foi aprovada com cinco (05) abstenções. O conselheiro Ernani Ávila justificou sua abstenção,  
1559 por estar em causa própria, mas referendava o nome dos outros dois conselheiros. Sem mais  
1560 assuntos a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a reunião às dezesseis horas, do que  
1561 para constar, eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos  
1562 Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor  
1563 presidente.

*Autôr em p.m.*